



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO

**PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO CIDADE VELHA, BELÉM-PA.**

**BELÉM-PA
2012**

CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO

**PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO CIDADE VELHA, BELÉM-PA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Subárea: Gestão Urbana e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares.

**BELÉM-PA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Castro, Cleber Augusto Trindade

Processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, Belém, PA / Cleber Augusto Trindade Castro; orientadora, Maria Goretti da Costa Tavares - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Turismo - Belém (PA). 2. Turismo e cultura. 3. Patrimônio cultural. 4. Cidade Velha (Belém, PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 338.47918115

CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO

**PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO CIDADE VELHA, BELÉM-PA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data de Aprovação: 28 de setembro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares
(Orientadora/Presidente da Banca – PPGeo/UFPa)

Prof^a. Dr^a. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano
(Examinadora Externa – PROPGeo/UECE)

Prof^a. Dr^a. Janete Gentil Coimbra de Oliveira
(Examinadora Interna – PPGeo/UFPa)

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
(Suplente – PPGeo/UFPa)

À Maria Clara e ao Caio Augusto,
com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao Nill, meu grande amigo, por ter sido meu conselheiro, ouvinte, crítico e companheiro de momentos que serão sempre lembrados, apesar de sua ausência física.

A toda minha grande família (meus avós, tios, tias, primos e primas). À minha família em rede, que, de vários lugares e nos diversos momentos, é meu apoio, meu lugar seguro, meu lar. Aos meus pais, Socorro e Ronaldo, que me incentivam e apoiam sempre e em cada decisão. À minha mãe, de modo especial, pelos fichamentos digitados. Aos meus irmãos, Cesar e Célio, e às minhas “irmãs na lei” e no coração, Sâmike e Eleticia, por estarem tão presentes na distância, pelos incentivos, orientações e torcida.

Ao Brenno. Aos meus amigos de sempre, uma extensão da minha família. À Maraísa, Flávia, Danielle, Francisco, Nádia. De modo muito especial à Sherlem e à Karol, por terem doado seu tempo para me ajudar na reta final do trabalho. Serei eternamente grato. À Vanessa, pela ajuda nas entrevistas e por todo o resto. Aos meus amigos em rede: Arlete, Anderson, Érika, Claudia Souza. Ao Ivaldo e à Márcia, pela amizade e pelas oportunidades profissionais, e pela torcida. À Claudia Neder, pelas orações e pelo grande carinho.

À minha *friend* Arleide, e todos os *friends* de Breves, por tornarem meus dias mais divertidos nessa cidade. À minha grande amiga e chefe Priscila Farias, pelo incentivo e por deixar meu ambiente sempre propício a realizar meus projetos pessoais e profissionais.

A todos os novos amigos que ganhei ao participar do GGEOTUR e do PPGeo. Giordano, Débora, Alessandra, Eliane e Bruno, Márcio, João Paulo, Nabila, e, de modo especial, pela leitura e ricas contribuições ao trabalho, a Hugo Serra. A todos do GGEOTUR, espaço fértil para discussões e produção de ideias.

Ao Silvio Figueiredo, pelas contribuições na qualificação do trabalho. À Professora Luzia Neide Coriolano, pela gentil participação na banca e pelas contribuições. Aos professores e alunos do PPGeo. À Professora Janete Coimbra. Ao Saint-Clair Trindade Jr., pelas diversas contribuições à pesquisa. À Marlene, pela atenção e eficiência ao nos auxiliar. À Goretti Tavares, pela orientação e pelas oportunidades de crescimento acadêmico, pessoal e profissional.

Aos moradores da Cidade Velha, aos técnicos e diretores dos órgãos públicos consultados durante a pesquisa. Às instituições PARATUR, IPHAN, CIVIVA, SECULT, BELEMTUR, FUMBEL, CODEM, Fórum Landi, pelas informações fornecidas para a pesquisa. Também à FAPAN e IFPA, pelo apoio durante o Mestrado. Ao CNPQ, pela bolsa de estudos.

“[...] a mesma só é vista de frente,
e não causa admiração,
nem pelo pitoresco nem pela majestade do aspecto;
tem, porém, sítios encantadores, cujas casas cercadas
de varandas e revestidas de azulejos são sombreadas por
grandes árvores.”
(Elisée Reclus)

RESUMO

A patrimonialização e a turistificação, enquanto processos socioespaciais, têm contribuído significativamente para a produção do espaço urbano, por meio dos conflitos entre interesses exógenos às áreas, e as dinâmicas sociais locais, de modo especial nos Centros Históricos urbanos. Nesse contexto, este estudo foi norteado, de modo geral, por questionamentos sobre como os processos de patrimonialização e turistificação tem contribuído, recentemente, para a produção do espaço no bairro Cidade Velha, em Belém-PA. De maneira mais específica pergunta-se: a) Quais são os agentes dos processos de patrimonialização e de turistificação do bairro Cidade Velha, Belém-PA? b) Que estratégias de apropriação e uso do espaço são adotadas por esses agentes? A pesquisa permite compreender as consequências das políticas para o patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo nos aspectos materiais e nas relações sociais e simbólicas no bairro estudado. Além disso, o trabalho permite evidenciar a diversidade de agentes e de estratégias socioespaciais contraditoriamente presentes nesses processos. Para o desenvolvimento do estudo, com abordagem qualitativa, foram realizados levantamentos e análises em bibliografias que forneceram subsídios teóricos e conceituais para o desenvolvimento da pesquisa. Realizamos trabalho de campo, participando de reuniões dos moradores do bairro, bem como entrevistas semiestruturadas com agentes representantes dos grupos sociais apontados pelo aporte teórico da pesquisa, considerando também as observações em campo.

Palavras-chave: Produção do espaço. Patrimônio Cultural. Turismo. Centro Histórico. Cidade Velha.

ABSTRACT

The patrimonialization and touristification while socio-spatial processes, have contributed significantly to the production of urban space through the conflict between the interests exogenous areas, local and social dynamics, especially in urban historic centers. In this context, this study was guided generally by questions about how the heritage processes and touristification has contributed recently to the production of space in Cidade Velha neighborhood in Belém-PA. More specifically ask: a) What are the agents of the heritage processes and touristification's Cidade velha neighborhood, Belém-PA? b) What strategies of appropriation and use of space are adopted by these agents? The survey allows us to understand the consequences of policies for cultural heritage and tourism development in material aspects and social relations and symbolic in this neighborhood. Furthermore, work permits show the diversity of agents and socio-spatial strategies inconsistently present in these processes. To develop the study with a qualitative approach, surveys and analyzes were performed in bibliographies that provided theoretical and conceptual development research. We conducted field work, attending meetings of neighborhood residents, as well as semi-structured interviews with staff representatives of social groups identified by the theoretical research, also considering the field observations.

Keywords: Production of space. Cultural Heritage. Tourism. Historical Centre. Cidade Velha.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Palacete Pinho	59
Foto 2 – Demolição de casas rua Domingos Rayol	62
Foto 3 – Edificação localizada na rua Joaquim Távora	69
Foto 4 – Casa do Advogado Dr. Clovis Malcher	70
Foto 5 – Placa de sinalização turística	72
Foto 6 – Início do roteiro geoturísticos pela Cidade Velha	75
Foto 7 – Participantes do roteiro geoturísticos na Feira do Açaí	76
Foto 8 – Fachada do prédio onde funciona o Restaurante Palafita	79
Foto 9 – Exemplo de estacionamento irregular	84
Foto 10 – Participantes do bloco carnavalesco de rua Fofó de Belém	87
Foto 11 – Fófó de Belém passando pela rua Dr. Assis	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do bairro Cidade Velha	63
Mapa 2 – Delimitação do Centro Histórico de Belém	64
Mapa 3 – Áreas do bairro que receberam projetos	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paradigmas das políticas culturais	41
Quadro 2 – Ações Legais de Preservação do Patrimônio Cultural	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta geral da cidade de Belém-PA, século XVII	56
Figura 2 – Página de catálogo de promoção do estado do Pará	73
Figura 3 – <i>Website</i> do Ministério do Turismo	73
Figura 4 – Anúncio na Internet ofertando serviço de passeio turístico	80
Figura 5 - Notificação de “Multa Moral”	85

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CiViva	Associação Cidade Velha, Cidade Viva
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
GGEOTUR	Grupo de Estudos em Geografia do Turismo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MTUR	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
RNB	Rede Nossa Belém
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO	22
2.1	A produção social do espaço urbano	22
2.2	Patrimônio cultural e o processo de patrimonialização	34
2.3	Turismo e o processo de turistificação	44
3	BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO CIDADE VELHA, NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE BELÉM-PA	54
4	PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO DO BAIRRO CIDADE VELHA: AGENTES E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO	65
4.1	Atuações do estado na patrimonialização e turistificação do bairro	65
4.2	Patrimonialização, turistificação e mercado	77
4.3	A comunidade do bairro: contribuições e resistências à patrimonialização e à turistificação	82
4.4	Os eventos culturais no bairro	86
4.5	“O olhar do turista”: o uso turístico do patrimônio cultural	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural e a atividade turística têm uma relação de aproximação e ajuda mútua nas estratégias de valorização e dinâmicas espaciais. Realidades que exemplificam isso podem ser encontradas em várias áreas centrais das cidades brasileiras, valorizadas em discursos e políticas por possuírem elementos ligados à história e à cultura das cidades, e que têm o turismo como meio de revalorização, dinamização econômica e possibilidade de ostentar aos visitantes esse legado cultural.

No entanto, a despeito do que se pode imaginar, “patrimônio cultural” e “espaço turístico” não possuem uma existência *a priori*, como elementos dados, prontos a serem apropriados, usados e compreendidos como tais. Pelo contrário, torna-se evidente que é por meio de um jogo de decisões, interesses, simbolismos e ações políticas que os espaços urbanos, ou pelo menos parte deles (especialmente, para esta pesquisa, suas áreas centrais antigas) vem sendo revalorizados, reconstruídos e ressignificados por meio de estratégias que visam à preservação e ao uso de aspectos materiais e imateriais desses espaços.

Para essa dinamização, o turismo aparece como uma das principais opções adotadas, selecionando, adaptando e comercializando os espaços das áreas centrais urbanas, patrimonializados e utilizados enquanto espaços turísticos, para visitação e contato com a história e a cultura das cidades. Isso tudo indica a existência de processos que transformam os espaços urbanos em áreas importantes para a história social, para a cultura, para as artes, e para o desenvolvimento do turismo.

Os termos “patrimonialização” e “turistificação” têm sido utilizados em análises geográficas, referindo-se às relações espaciais dos processos de classificação de elementos culturais como “patrimônio cultural” e da presença (ou da intenção) de atividades turísticas nos espaços. Enquanto construção, essas noções e seus correspondentes práticos, possuem agentes responsáveis pelas estratégias de ações que vão definir o modo como ocorrem esses processos.

A patrimonialização e a turistificação, enquanto processos socioespaciais, têm contribuído significativamente para a produção do espaço urbano, por meio do conflito entre interesses exógenos às áreas, e as dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender demandas dos agentes locais. Na Amazônia, esses processos também têm possibilitado rearranjos em áreas urbanas, como é possível ser percebido em intervenções de renovação de áreas históricas nas cidades de Rio Branco (AC), Manaus (AM) e no Centro Histórico da cidade de Belém (PA), esta última que tem recebido, principalmente nos últimos 20 anos, ações governamentais e apropriações privadas de refuncionalização aspectos espaciais que dizem respeito à história e à cultura da cidade, também com o objetivo de dinamizar a atividade turística na cidade, utilizando essas áreas.

Nesse contexto, esta pesquisa foi norteada, de modo geral, por questionamentos sobre como os processos de patrimonialização e turistificação têm contribuído, recentemente, para a produção do espaço no bairro Cidade Velha, em Belém-PA. De maneira mais específica pergunta-se: a) Quais são os agentes dos processos de patrimonialização e de turistificação do bairro Cidade Velha, Belém-PA? b) Que estratégias de apropriação e uso do espaço são adotadas por esses agentes?

Este trabalho faz uma abordagem sobre os aspectos espaciais da relação entre o patrimônio cultural e o turismo, ainda pouco utilizada em pesquisas sobre essas temáticas. Tal abordagem procura evidenciar o modo de atuação dos diversos agentes sociais, com seus objetivos e interesses, e com suas estratégias de apropriação e controle do espaço, apresentando-se como possibilidade metodológica de compreensão dos processos tratados nessa pesquisa, contribuindo para a compreensão da produção do espaço do bairro.

A pesquisa permite compreender as consequências das políticas para o patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo nos aspectos materiais e nas relações sociais e simbólicas no bairro estudado. Além disso, o trabalho permite evidenciar a diversidade de agentes e de estratégias socioespaciais contraditoriamente presentes nesses processos.

O bairro da Cidade Velha, que contém parte do Centro Histórico de Belém, foi escolhido para essa pesquisa como caso representativo das dinâmicas

socioespaciais que tem ocorrido nas áreas urbanas, onde os processos estudados (patrimonialização e turistificação) apresentam-se como tendências nessas dinâmicas. Ademais, por ser a área onde o processo de urbanização de Belém iniciou-se, esse bairro é relevante para a história da formação socioespacial tanto dessa cidade, quanto do território amazônico.

A escolha do tema permite a continuação de estudos sobre o turismo e o espaço urbano amazônico, desenvolvidos pelo autor desde a iniciação científica no Grupo de Estudos sobre Turismo, Cultura e Meio Ambiente, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), e em nível de pós-graduação *lato senso* no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA). Essas experiências permitiram uma aproximação com a temática, que revela um interesse de estudo, além de possibilitar a percepção da carência de estudos com essas abordagens.

Este trabalho é importante enquanto contribuição para o debate teórico e prático para políticas de gestão do patrimônio cultural urbano, para a elaboração de alternativas de modelos de desenvolvimento do turismo e de apropriação desse patrimônio.

O trabalho também traz contribuição para a ampliação da visão turística sobre a Amazônia, onde os aspectos naturais são supervalorizados, ressaltando também a existência de um patrimônio cultural urbano, o que possibilita pensar alternativas de turismo também nesse espaço, já que há o predomínio de estudos sobre modelos alternativos de turismo em áreas não urbanas.

A abordagem conceitual que metodológica que se faz nesse trabalho é importante, pois é nas cidades onde está uma maioria crescente da população humana, o que permite dizer que as mudanças nos valores éticos e modos de se planejar e praticar o turismo passa por alternativas também para o espaço urbano. Esta pesquisa traz, portanto, subsídios para projetos para o desenvolvimento do turismo que considere e insira as dinâmicas locais, especialmente em áreas de centros históricos.

O estudo insere-se no contexto das mudanças causadas pelo modo de interação entre os agentes sociais que produzem essa noção de espaços patrimonializados e turistificados e torna-se importante por abordar o tema para além da preocupação com a eficácia das técnicas de preservação e conservação dos

bens patrimoniais e com as técnicas de desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo. A preocupação aqui é principalmente com as relações provocadas por esses agentes responsáveis por esse conjunto de atos, que vão definir o modo como esses processos ocorrem e suas consequências.

Esta pesquisa é relevante também por se aliar às demais pesquisas, na área da geografia, sobre as questões ligadas ao patrimônio cultural e ao turismo, que têm possibilitado a ampliação dos campos de análise dessa ciência, incluindo elementos culturais no estudo do espaço social. Além disso, os aspectos teóricos e metodológicos adotados contribuem para o desenvolvimento de estudos científicos na área do turismo, além de possibilitar reflexões sobre os modos de desenvolvimento dessa atividade.

O estudo é importante para se pensar as políticas nas áreas do patrimônio e do turismo, na cidade de Belém, e serve para a reflexão dos vários agentes ligados a essas áreas e ao bairro Cidade Velha, nesses processos de apropriação e uso do bairro, enquanto espaço importante para a cultura local e para as atividades turísticas, mas, em primeiro lugar, para um cotidiano com qualidade nessa cidade.

Esta pesquisa tem como objetivo geral a análise dos processos de patrimonialização e de turistificação no bairro Cidade Velha, para compreender como esses processos têm contribuído à produção do espaço desse bairro. Como objetivos específicos, tivemos a identificação dos agentes dos processos de patrimonialização e de turistificação no bairro e a análise de suas estratégias de apropriação e uso do espaço.

Para o desenvolvimento do estudo, com abordagem qualitativa, foram realizados levantamentos e análises de bibliografias que forneceram subsídios teóricos e conceituais para o desenvolvimento da pesquisa, tendo como fontes, livros, artigos científicos, dissertações e teses, consultadas em bibliotecas e meios digitais. Além de diversas informações e dados sobre a área de estudo empírico, as bibliografias pesquisadas relacionaram-se com os temas gerais da produção do espaço urbano, do patrimônio cultural e do turismo.

Dada a notória interdisciplinaridade da pesquisa, não nos restringimos a material bibliográfico com vínculo disciplinar com a geografia, ainda que esses sejam

predominantes. Mas foi igualmente importante leituras da sociologia e antropologia urbanas, bem como com diversos estudos de pesquisadores de turismo. Esta abordagem insere-se na necessidade de diálogo entre a ciência geográfica e outros campos parcelares da ciência para a compreensão do espaço e suas dinâmicas.

Também foi realizado um levantamento e análise documental, para o acesso a dados sobre o bairro estudado, focando no seu processo histórico de construção e registro de políticas que contribuíram para sua patrimonialização e turistificação. Foram consideradas, principalmente, informações sobre a atuação do Estado, nas áreas do patrimônio cultural e do turismo, consultando planos e programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), Fundação Cultural de Belém (FUMBEL), Ministério do Turismo (MTUR), Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR).

Nesta fase da pesquisa também foram consultados diversos instrumentos normativos ligados ao planejamento e ordenamento do espaço urbano de Belém, focando no que se refere à gestão pública do Centro Histórico da cidade, contido em grande parte no bairro Cidade Velha.

O estudo também contou com um trabalho de campo, desenvolvido por meio da observação participante, que nos foi propiciada grande parte em função da realização do projeto de extensão “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o Centro Histórico de Belém, na Amazônia”, do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo, da UFPA, no qual o autor atuou como colaborador.

Nesse momento, foi possível o envolvimento com agentes de diversos grupos sociais que atuam no bairro Cidade Velha (moradores, trabalhadores, agentes estatais, visitantes, promotores culturais, outros pesquisadores da área, etc.) e a participação em diversos momentos da vida desses agentes, como princípio da observação participante apontada por Turra Neto (2011). Esse autor explica que para essa técnica de pesquisa não há regras definidas quanto ao caminho a ser percorrido pelo pesquisador, e sim que esse caminho é construído com a caminhada da pesquisa, que deve ser adequada aos problemas de pesquisa.

Participamos de reuniões dos moradores do bairro com o IPHAN, onde foram tratadas diversas questões relacionadas às leis de preservação que incidem no bairro e a discussão de problemas apontados pelos moradores, nos diversos usos do espaço do bairro. Também estivemos presentes no bairro durante diversos eventos culturais lá promovidos em 2011, tais como Carnaval (fevereiro), Festival de Verão (julho), Auto do Círio (outubro), Arrastão do Peixe Boi (março).

Participamos também de reuniões da Rede Nossa Belém (RNB), vinculada ao Observatório Social de Belém, organização civil que tem por objetivo principal o monitoramento da gestão dos recursos públicos da cidade, onde foi possível ter acesso às discussões de estratégias de participação, especialmente dos moradores da Cidade Velha, na gestão de Belém.

Esse modo de desenvolvimento do trabalho de campo foi complementado por registros fotográficos, fundamental para uma (re)leitura do espaço geográfico estudado. Esse registro considerou o que diz Magnani (1996, p. 31):

Percorrer o campo com o auxílio da câmera fotográfica permite determinar pontos de interesse para o percurso narrativo [...]. Fotografar é escolher, enquadrar, privilegiar uma entre várias possibilidades de entender o território, marcado pelas continuidades e pelas diferenças.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes representantes dos grupos sociais apontados pelo aporte teórico da pesquisa, considerando também as observações em campo. Esse tipo de entrevista implica em um diálogo mais livre do que a aplicação de questionários e o preenchimento de formulários, seguindo um roteiro de entrevista composto por pautas ou perguntas mais gerais sobre a temática de pesquisa. A escolha da entrevista semiestruturada também se deu pela liberdade em questionar sobre aspectos que não estavam previstos no roteiro de entrevista, mas que, surgiram como importante para o desenvolvimento da pesquisa (GIL, 1989; MAY, 2004; GASKELL, 2008).

Foram entrevistados os agentes ligados aos órgãos públicos: Superintendência do IPHAN no Pará, SECULT, FUMBEL, PARATUR e BELETUR. Também foram entrevistados os Presidentes das associações de moradores do

bairro Cidade Velha (Associação Cidade Velha, Cidade Viva e Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha), trabalhadores autônomos que atuam no bairro, um representante dos promotores de eventos culturais no bairro (como blocos de carnaval) e visitantes da cidade de Belém, presentes no bairro durante a realização do Auto do Círio, na programação do Círio de Nazaré 2011.

As entrevistas foram gravadas com o uso de gravador digital de áudio, sempre que autorizado pelos informantes, com posterior transcrição, complementando com as anotações de aspectos não verbais importante para a compreensão das informações, presentes no momento da coleta de dados.

Sendo assim, o trabalho está disposto em três sessões, além dessa introdução e das considerações finais. No capítulo dois, são apresentados os aspectos teóricos e conceituais relacionados à produção social do espaço e a questão do urbano, bem como à noção de patrimônio cultural, enquanto categoria de análise, e o turismo, como atividade socioespacial. Esse capítulo apresenta subsídios que permitem analisar os processos de patrimonialização e de turistificação como fenômenos espaciais.

No capítulo três são apresentados dados e informações relacionadas à história e à localização do bairro Cidade Velhas, ressaltando fatos e aspectos que contribuíram para que, atualmente, o bairro seja considerado importante para a história e para a cultura de Belém.

No capítulo quatro são apresentados dados e discussões sobre os grupos de agentes dos processos de patrimonialização e turistificação no bairro, explicitando suas estratégias de apropriação e uso do espaço produzido.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO

Neste parte são apresentados aspectos teóricos e metodológicos sobre o estudo do espaço, considerando seu processo de produção social, que procura evidenciar agentes e práticas humanas, para abordar as temáticas do patrimônio cultural e do turismo, como fenômenos que não somente ocorrem no espaço, mas que tem contribuído consideravelmente para sua produção. Portanto, traz a base para a compreensão dos processos de patrimonialização e de turistificação, enquanto processos também espaciais, e subsidia a análise da produção do espaço do bairro Cidade Velha, na cidade de Belém do Pará, focado em seus agentes sociais envolvidos e nas estratégias de apropriação e uso do espaço produzido.

2.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

Ao apresentar a concepção de que o espaço é construído pelas relações sociais e, dialeticamente, tais relações são influenciadas pelo espaço, Henri Lefebvre (1992) amplia a própria compreensão da sociedade, propondo que suas dinâmicas estão integradas ao espaço material, possibilitando o entendimento de que a materialidade e imaterialidade da vida humana são indissociáveis. Desse modo, as dimensões sociais (cultura, política, economia, lazer, etc.) são diretamente influenciadas pela configuração espacial dada e/ou edificada por uma sociedade, ao mesmo tempo em que essas dimensões influenciam tal configuração.

A dicotomia entre as categorias espaço (material) e sociedade está presente em diversas fases da produção científica, considerando o espaço apenas o substrato material, onde as relações acontecem, enquanto o conceito de sociedade abrangeria o grupo de indivíduos em suas relações políticas, culturais, econômicas, etc., induzindo a ideia de uma organização e de relações abstratas.

Tal concepção influencia até hoje o modo como o espaço é compreendido e tratado em políticas estatais, por exemplo, com o planejamento de ações pensadas para “áreas vazias” de vida, de relações socioculturais e sociopolíticas,

com meras delimitações cartográficas, considerando apenas localização, edificações, ruas, praças, elementos naturais, etc.

Smith (1988) entende que a concepção de “produção do espaço” favorece a superação da dicotomia teórica entre espaço e sociedade, historicamente tratada pela ciência. Para este autor não existe uma interação entre a sociedade e o espaço, já que interação só é possível entre coisas separadas. O que ocorre é que “com a produção do espaço, a prática humana e o espaço [físico] são integrados no próprio conceito de espaço.” (SMITH, 1988, p. 123, grifo nosso). Essa abordagem amplia o trabalho dos estudos geográficos, superando a mera localização e descrição dos espaços físicos, passando a procurar compreender a construção desses espaços a partir da vida social que o desenvolve.

O avanço na tentativa de compreender a sociedade e sua complexidade, por meio do estudo do espaço, permite uma revisão desta categoria analítica, para o próprio avanço teórico e metodológico das ciências sociais, especialmente da geografia. Desse modo, o espaço deixa de ser abordado somente por meio da descrição e análise de sua materialidade, enquanto “palco” de relações políticas, econômicas e culturais, para ser compreendido como consequência e definidor dessas relações.

Como diz Smith (1988, p.132), referindo-se a essa abordagem teórica e metodológica da realidade social, “a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz”, invertendo, assim, a lógica de compreensão do espaço, dizendo, ainda, que “nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando, trabalhando”.

Nessa perspectiva, o espaço do patrimônio cultural e o espaço turístico não correspondem meramente ao substrato de materialidade no qual ocorrem a cultura e a história de um lugar, ou onde ocorre a atividade turística, mas na perspectiva da produção do espaço, o espaço patrimonial e o espaço turístico são produzidos a partir das relações sociais entre os diversos agentes envolvidos nesses processos, e, portanto, integrado à essas relações.

Santos (2008a, p. 51) fornece subsídios teóricos, conceituais e metodológicos para os estudos espaciais, apresentando uma definição de espaço que está vinculado aos postulados lefebvrianos, explicando que

[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Essa definição apresenta a concepção de que o espaço socialmente produzido deve ser compreendido e analisado a partir da integração da materialidade do espaço físico (sistemas de objetos: elementos da natureza e edificações humanas) com as práticas humanas (sistemas de ações sociais: cultura, política, economia), que, conforme já expusemos, são mutuamente determinantes e determinados.

Assim sendo, no processo histórico a produção do espaço, que corresponde à própria história de uma sociedade, não é possível analisar aspectos sociais desconsiderando os construtos materiais que abrigam e influenciam tais relações, ao mesmo tempo em que tais construtos são influenciados e (re)produzidos pelas ações humanas em sociedade.

Lefebvre (1974) ressalta que as contradições presentes no espaço são tantas, que impedem que esse quadro único se encerre, que se constitua enquanto um elemento estático. Por isso, a pesquisa parte do pressuposto de que o estudo do espaço é o estudo do espaço dinâmico, em movimento, em transformação, sempre em processo de produção social. A partir dessa concepção, não será analisado o espaço do bairro Cidade Velha enquanto um espaço pronto, com seu processo histórico de produção acabado. Mas o exercício analítico que se faz nessa pesquisa é o de apreender uma realidade dinâmica, os processos de patrimonialização e turistificação contribuindo para a produção recente do espaço daquele bairro.

Santos (2008a, p. 63) explica essa dinâmica, dizendo que

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Os princípios da produção social do espaço são encontrados nas ideias de Souza (2006, p. 29), para quem

[o] espaço está longe de ser um mero “palco” da vida social, um simples “receptáculo” das relações sociais, de resto sem maior relevância para além dessa condição de suporte material. O espaço é um produto das relações sociais, mas ele, uma vez produzido de tal ou qual maneira concreta (ou mesmo já enquanto projeto de transformação), influencia e até mesmo condiciona os seus produtores.

Essa relação mútua de condicionamento e produção entre o espaço e as relações sociais, no entanto, não podem ser confundidas com a equivalência entre as noções das práticas sociais e da materialidade do espaço. Nesse sentido, Smith (1988, p. 120) ressalta que “por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos [...]”.

Portanto, uma análise geográfica do espaço socialmente produzido, mesmo tratando da cultura, do patrimônio cultural, das relações simbólicas e de pertencimento, das relações entre agentes do turismo, deve procurar na materialidade espacial a manifestação desses aspectos da vida social e cultural. Essa orientação metodológica diferencia o estudo geográfico de outras ciências sociais (que em muitas análises negligenciam o espaço), justificando sua necessidade.

Essa concepção pressupõe que não é o espaço físico que define valores e condições de vida da sociedade, em superação ao determinismo geográfico, nem somente o trabalho humano, em sociedade, molda a materialidade espacial. Esses processos ocorrem de maneira simultânea, dialética, contraditória e integrada.

O espaço urbano atual é um exemplo onde o processo de produção espacial pode ser observado. As cidades tem sua história de adequação das práticas humanas considerando aspectos da materialidade dada, ao mesmo tempo em que, por consequência das reações entre os diversos agentes presentes nesse espaço, os objetos espaciais transformam-se, em forma e significado.

Para Corrêa (1995, p.7), o espaço urbano, enquanto “organização espacial da cidade”, apresenta considerável importância para a compreensão das

dinâmicas e relações socioespaciais atuais, pois é onde vive a maioria crescente da população e onde ocorre o maior volume de investimento do capital. Também é onde o paradigma do patrimônio cultural e os fluxos turísticos estão mais presentes. Esse espaço possui a característica de ser, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, visto que “cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. O núcleo dessa articulação é considerado o centro da cidade.

Magnani (1996, p. 20) ressalta que

[a] cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre as várias alternativas - este *ou* aquele, este *e* aquele e depois aquele outro - de acordo com determinada lógica; mesmo quando se dirigem a seu *pedaço* habitual, no interior de determinada *mancha*, seguem caminhos que não são aleatórios.

Isso nos leva a perceber que a produção do espaço das cidades, por meio da vivência e das práticas dos seus agentes produtores, é um processo complexo, que não cabe em análises e divisões meramente cartesianas.

O mesmo autor adverte ainda que os estudos que abordam as relações sociais nos espaços urbanos devem fugir do que o autor chama de "tentação da aldeia", o que implica em não considerar tais espaços como unidades fechadas e autocentrada, já que “[...] às vezes, o espaço do trabalho é apropriado pelo lazer, o do passeio é usado como local de protesto em dia de manifestação”. (MAGNANI, 1996, p. 17)

Enquanto espaço fragmentado e articulado, as cidades têm os bairros como locais de reprodução dos diversos grupos sociais. Além disso, a cidade possui uma dimensão, que varia de acordo com os diferentes grupos sociais. (CORRÊA, 1995).

É ressaltado por este autor o caráter histórico do processo de produção do espaço urbano, considerando-o consequência tanto das ações que se realizam no presente como também das que se realizaram no passado, e que deixaram marcas nas formas espaciais.

Nesse processo histórico de produção social e transformações do espaço, Santos (1978) também chama atenção aos objetos espaciais edificados em um contexto e com funções específicas em tempos sociais pretéritos, que permanecem e resistem às transformações do tempo presente. A esses objetos, o autor chama de “rugosidades espaciais”, que, para ele, são testemunhas da memória espacial e seus processos de produção pretéritos.

Para Santos (1978, p. 138), uma rugosidade espacial “testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”. Isso indica que o espaço, é uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas existentes, ao passo que outros podem criar novas formas. Esse princípio contribuirá à compreensão dos processos aqui estudados, ao ser analisada a realidade do bairro Cidade Velha, que está intimamente ligado à história remota da formação socioespacial da cidade de Belém-PA.

Corrêa (1995) expõe que o processo de produção do espaço urbano ocorre a partir de uma complexidade de ações dos diversos agentes sociais, que

[...] inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1995, p. 11)

Esses fenômenos, que caracterizam a produção do espaço urbano atual, estão diretamente ligados às teias de relações sociais daquela diversidade de agentes sociais que participam de vários modos desse processo de produção.

Metodológica e didaticamente, esses agentes sociais podem ser agrupados, para propiciar uma análise do modo como atuam e contribuem no processo de produção espacial, evidenciando suas estratégias coletivas de uso e apropriação (ou expropriação) do espaço produzido.

Convém ressaltar que as proposições, desenvolvidas nesse trabalho, de aglomerar analiticamente os agentes sociais da produção do espaço, não gera, de

maneira alguma, grupos sociais homogêneos e harmônicos entre seus agentes, sendo esses grupos uma junção metodológica de agentes que, de modo geral, possuem objetivos e posição social mais ou menos semelhantes.

É proposta por Corrêa (1995) a divisão dos agentes produtores do espaço urbano em três grupos, a saber: 1) agentes detentores dos meios de produção e de propriedades privadas, 2) Estado e 3) grupos sociais excluídos.

Quanto ao primeiro grupo, o autor explica que

[n]o estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano. (CORRÊA, 1995, p.13)

Nesse caso, podemos dizer que o autor refere-se ao modo como o grupo de agentes do mercado atua na produção do espaço urbano. No entanto, vale considerar a observação feita por Santos (1999, p. 21), ao dizer que

[o] mercado não é categoria de análise. O mercado é uma grande palavra que, para ser transformada em categoria de análise, tem que ser muito esmiuçada. Cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria.

É na busca de compreender e demonstrar os diferentes modos de atuação, por parte dos agentes ligados ao mercado, na produção social do espaço urbano, que Santos (2004a) indica a existência de dois “circuitos” da economia urbana dos países subdesenvolvidos: um circuito superior e um circuito inferior.

O mesmo autor explica a diferenciação entre os dois circuitos:

No circuito superior trata-se de acumular capitais indispensáveis a continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares a vida moderna. (SANTOS, 2004a, p. 46)

Portanto, o circuito superior está inserido na dinâmica própria do capitalismo financeiro, enquanto o circuito inferior corresponde a uma tentativa de inserção dos “grupos sociais excluídos”, apontados por Corrêa (1995), nessa dinâmica. Inserção essa, vale ressaltar, muitas vezes precária e combatida pelos agentes do circuito superior, aliados aos seus governos públicos correspondentes.

Assim, a noção de poder não deve ser estudada, somente a partir do Estado, porque, na realidade, cada vez mais o poder maior sobre o território tem deixado de ser do Estado (numa concepção ampla de instância formada pelas forças que advém de toda a sociedade) e passa a está aliado aos interesses e às lógicas dos agentes do mercado, especificamente aos do circuito superior da economia urbana. (SANTOS, 1999)

A atuação do Estado, como já indicamos, pode ser caracterizada e entendida enquanto espacialmente desigual no provimento de serviços públicos. Tais ações do Estado na produção espacial não são neutras, como se pairasse acima das classes sociais e de seus conflitos. Para Smith (1988, p. 125) o Estado teria a função de “[...] arbitrar os conflitos resultantes em favor da classe dominante, enquanto se apresentava a si mesmo como algo que estava ‘acima’ da sociedade”.

Tanto Foucault (2010) quanto Santos (1999) indicam a atuação das Universidades, enquanto instituições do Estado, como parte do sistema estatal e produtivo que garante seu funcionamento. Para Foucault (2010), temos tendência em achar que

[...] o poder está localizado nas mãos do governo e que se exerce graças a um determinado número de instituições específicas como a Administração, a polícia, o exército e o aparato do Estado. Essas instituições estão feitas para transmitir decisões, para que se apliquem, e castigar aqueles que não as obedecem. Porém creio que o poder político se exerce também por mediação de um determinado número de instituições que aparentemente não tem nada em comum com o poder político, que aparecem como independentes quando na realidade não são. Isso poderia aplicar a universidade e ao conjunto do sistema escolar que na aparência está feito para distribuir o saber e na realidade para manter o poder a uma determinada classe social e excluir dos instrumentos de poder a qualquer outra classe social. As instituições do saber, da previsão e da assistência, tais como a psiquiatria, ajudam também a manter o poder político.

Portanto, a universidade pode analisar, questionar e influenciar as ações do Estado, para mudanças sociais importantes, mas também pode atuar subsidiando e legitimando a permanência de modelos de projetos estatais vigentes. Isso é importante para observar projetos de pesquisa e extensão das instituições de ensino públicas, em especial no Brasil.

Quanto aos grupos sociais excluídos, Corrêa (1995, p. 30) diz que eles “[...] têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas”, além de outros lugares na cidade: casas autoconstruídas em loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela.

Esse grupo corresponde, portanto, aos agentes excluídos da dinâmica socioeconômica das relações capitalistas, principalmente no que se refere ao acesso à propriedade privada (de casas próprias, por exemplo) e padrões de consumo da classe beneficiada pela dinâmica desse modo de produção.

Para este autor,

[é] na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1995, p. 30)

Corrêa (1995) indica que, no espaço urbano, entre os processos sociais e as formas espaciais existem os processos espaciais, como elementos mediadores. Dentre esses processos estão o de centralização e descentralização, que resultam, o primeiro, nas áreas centrais e, o segundo, nos núcleos secundários, enquanto formas espaciais. Para esse autor, a área central é composta pelo núcleo central e

pela zona periférica do centro. “Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos”. (CORRÊA, 1995, p. 38)

Esse autor explica ainda que, o processo de descentralização está relacionado ao crescimento demográfico e espacial da cidade, além da ampliação das distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais. Esse processo, ao criar novos núcleos centrais, provoca um processo de refuncionalização das antigas áreas centrais, que possuem elementos espaciais que representam a história da urbanização e das sociedades produziram a cidade em tempos pretéritos.

Atualmente, observamos que esses antigos centros urbanos das cidades brasileiras, em especial as áreas que foram centros urbanos nos séculos XVIII e XIX, que mudam de função por conta do processo de descentralização urbana, passam a compor os “centros históricos”, com medidas de proteção legal de seu uso e apropriações, no paradigma de preservação de aspectos culturais e dos objetos espaciais dessas áreas.

Lefebvre (2001, p. 104-5) explica que

[c]omo texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma seqüência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade.

Essas ideias estão de acordo com o que Santos (2004b, p. 14) apresenta quanto ao processo histórico do espaço, de modo geral. Para ele,

[o] passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência dada pelo fracionamento da sociedade atual. Por isso, o tempo passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não

equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

Smith (1988, p.182) complementa dizendo que

[o] investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital. [...] por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem.

Desse modo, os centros históricos, ao mesmo tempo em que podem ser tidos como testemunhos da vida social pretérita do lugar, podem ser analisados como espaço presente que é resultado de um processo de produção espacial historicamente desenvolvida. Além disso, as atuais políticas culturais, que ressaltam a importância dessas áreas para a história e para a cultura da cidade, são consequências de um processo decisório e da atuação de agentes sociais, que ocorrem no tempo presente, como será abordado de maneira mais ampla, melhor desenvolvida no subitem sobre o processo de “patrimonialização” dessas áreas.

Além disso, vale ressaltar a crítica de que a apropriação desses espaços pelos agentes ligados ao turismo procura atender uma demanda pelo espaço-espetáculo, sem necessariamente apresentar ao turista a história e a vida cultural desses lugares, mas apenas o realce de seus aspectos materiais, que muitas vezes são padronizados em relação a várias outras cidades.

Para Lefebvre (1974) o processo de formação de novos centros e a deterioração desses centros históricos é inerente à dinâmica urbana, relacionado ao fato de que todos os espaços têm sido integrados ao mercado capitalistas, inclusive os centros históricos urbanos, já que

[t]oda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações. Considerada em seu movimento histórico, em seu nível específico (abaixo e aquém das transformações globais, porém acima das relações imediatas localmente enraizadas, freqüentemente ligadas à sacralização do solo, portanto duráveis e quase permanentes na aparência), a Cidade passou por

períodos críticos. Desestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir. (LEFEBVRE, 2001, p.55)

Essa integração é perceptível com o planejamento e execução de várias ações que objetivam a apropriação e adequação dessas áreas, para inseri-las na dinâmica comercial da cidade, não mais com as mesmas atividades produtivas de seu estágio de núcleo central urbano, mas como áreas de referência da história e da cultura da cidade. Essas ações são respaldadas por uma política cultural de preservação dos desses espaços, e que utilizam a atividade turística como meio de dinamização econômica dessas áreas.

Trindade Jr. (2008, p. 150) explica que

[o] esvaziamento por parte de algumas atividades, e mesmo a deterioração de determinadas formas espaciais, refletem espacialmente uma dada caracterização dos centros urbanos, em especial aqueles que se convencionou chamar de centros históricos. Mais que espaços vazios, entretanto, tratam-se de novos usos, novas funções e novos territórios que passam a ser demarcados, em grande parte, por relações cotidianas nem sempre consideradas esteticamente e funcionalmente desejáveis, seja por parte de determinados agentes produtores do espaço urbano, seja por parte de um imaginário coletivo, que tende a ganhar força quando se pensa a cidade como espaço estratégico de investimentos e de atrativos turísticos.

Esse discurso do espaço vazio ou do espaço esteticamente indesejado, produzido e reproduzido politicamente, está presente na justificativa de diversas ações de renovação urbana, que tem correspondido não só nas mudanças estéticas dos objetos espaciais, mas também em mudanças (muitas vezes impostas) nas práticas humanas, nos centros históricos.

Em diversas situações, espaços apontados como degradados são, na verdade, espaços possuem funções sociais que não são consideradas esteticamente adequadas, na lógica de que esses espaços devem servir de cenários para atividades da indústria cultural e para o turismo superficial.

Desse modo, é possível perceber que discursos e práticas patrimonializantes de aspectos da história e da cultura correspondem a um processo contraditório, que contribui significativamente ao processo de produção das cidades. Por isso, é importante compreender aspectos conceituais que caracterizam o processo de patrimonialização.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

O processo de construção da noção de patrimônio cultural que se conhece hoje tem seu início relacionado com o período histórico do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e da formação dos Estados Nacionais (CHOAY, 2001b). A noção de elementos da materialidade e das práticas sociais que se herdam do passado, e que são comuns a todos os indivíduos de uma nação, é fundamental para a efetivação dessa ideia da própria ideia de “nação”.

Portanto, existe uma relação intrínseca entre a noção de patrimônio cultural e o exercício de uma (multi)territorialidade, a partir da perspectiva cultural, que também se relaciona com os aspectos econômicos e políticos da sociedade em questão (HAESBAERT, 2004).

Para Rodrigues (2005, p. 16), o patrimônio compõe uma “coleção simbólica unificadora”. A autora explica que

[...] a criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitaram um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de um língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs as memórias particulares e regionais.

Essa sobreposição, na prática, não se deu por completo, na medida em que diversos conflitos reivindicatórios por autonomias locais e regionais, com discursos embasados também na diferenciação cultural, são observados na Europa, no Brasil e no Pará. Isso demonstra que, se por um lado a ideia de patrimônio

cultural une grupos sociais, por outro são esses mesmos elementos que servem para exigir separações.

Canclini (1999, p. 17) diz que “patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que identificam, mas geralmente também um lugar de cumplicidade social”. Esse conjunto de bens e práticas aproxima-se da concepção de espaço usada nesse trabalho, ao entender que o patrimônio cultural é composto tanto por práticas culturais (que está no campo do sistema de ações), quanto da materialidade de objetos, lugares e edificações (sistema de objetos). Por isso, é possível observar que, o processo de patrimonialização da cultura é refletido intrinsecamente em processo de patrimonialização espacial.

Ao abordar estudos sobre a categoria de patrimônio relacionada às festas religiosas, Gonçalves (2003) explica que existe, nessas manifestações, a valorização de aspectos ligados à matéria e ao espírito, ressaltando que na concepção de patrimônio são valorizados elementos materiais e imateriais. Outra exemplificação dessa abordagem pode ser notada na exposição artística em comemoração aos 30 anos do IPHAN no Pará, intitulada “Pedra e Alma” (FIGUEIREDO; BRITTO; LIMA, 2010), que explicita que o patrimônio cultural possui uma materialidade objetiva e uma significação subjetiva, em uma relação de interdependência.

Smith (1988, p.123) explica essa relação entre cultura e espaço, dizendo que “[...] a produção do espaço também implica na produção do significado, dos conceitos e da consciência do espaço que estão inseparavelmente ligados à sua produção física”. Portanto a cultura, como outros aspectos da vida humana em sociedade, não paira em uma abstração, mas tem um vínculo espacial, pois a própria cultura produz espaço e sofre influencias desse.

Trindade Jr. (2008, p. 152) explica, com relação àquela dinâmica, no espaço urbano, que

[...] referências simbólicas se manifestam na paisagem de diversas maneiras, mas, em geral, estão ligadas a formas arquitetônicas ou ao traçado urbanos que se associam às origens e aos antepassados da cidade, como igrejas, ruas, praças, prédios públicos etc., tornando os

mesmos em espaços estratégicos, seja do ponto de vista de sua funcionalidade, seja do ponto de vista de seus referenciais simbólicos.

Portanto, a atual valorização, em especial, das antigas áreas centrais das cidades está ligada ao jogo da dinâmica cultural da própria cidade, e do processo de patrimonialização que nela se instala.

No entanto, muitas vezes a noção de patrimônio (cultural ou histórico) aparece como se os bens materiais e imateriais da cultura tivessem se transformado em patrimônio por sua valorização no passado. Mas, Bertonecello (2010, p. 36) adverte que “[...] o patrimônio não é algo que tem origem no passado e é meramente recebido no presente, mas sim o contrário, é a partir do presente que leva a diante os processos de definição do patrimônio”. Desse modo, a seleção do que é considerado valoroso e representativo da cultura e da história dos grupos sociais e dos lugares é uma escolha que acontece por agentes no presente.

Ao (re)valorizar aspectos materiais (edificações, monumentos, objetos) e imateriais (saberes, danças, costumes, músicas) da cultura do lugar, o espaço também está sendo patrimonializado. Portanto, esse processo não só ocorre “no” espaço, mas sim também o produz, através da (re)valorização (econômica, simbólica), (re)significação e, em muitos casos, (re)estruturação física ou (re)elaboração imaterial.

Para García (1998), o patrimônio cultural é um fenômeno “metacultural”, pois, enquanto categoria, é uma construção que pouco tem a ver com a cultura, em sentido restrito. Isso porque, nessa construção, é usado um conceito “falso” de cultura, onde o patrimônio cultural torna-se um fenômeno cultural que deve ser compreendido historicamente, sendo necessário analisá-lo em suas relações com outras manifestações culturais. Portanto, nas sociedades atuais, o próprio processo de patrimonializar a cultura (e também o espaço) é uma prática cultural, que seleciona elementos, descarta outros, mediado pela ressignificação dos elementos patrimonializados.

Para Gonçalves (2003), a categoria “patrimônio cultural” faz a mediação sensível entre passado e presente, humano e divindade, mortos e vivos, céu e terra, visível e invisível, de modo geral, e quanto à relação dos grupos identitários,

internamente essa categoria está ligada a uma “autoconsciência cultural” e, externamente, é fator de diferenciação de grupos, em diversas escalas.

Esse mesmo autor expõe que, mesmo tendo a noção de patrimônio (enquanto patrimônio histórico e cultural) surgida pela valorização de bens edificados ou fabricados, com o tempo as abordagens dos aspectos materiais do patrimônio foram diluindo-se, prevalecendo a ênfase nas relações sociais e simbólicas, nesse caso, principalmente no que se refere à abordagem antropológica, ancorada na concepção moderna de cultura. Enquanto isso, outras abordagens, feitas, por exemplo, pela arquitetura, há a atenção para os aspectos técnicos, com atenção aos objetos.

Nigro (2010, p. 63) diz que as dimensões simbólicas e culturais, referentes ao espaço social, foram negligenciadas nos estudos geográficos até os anos de 1970, sendo a partir daí, durante o movimento de “Renovação da Geografia”. Segundo essa autora, “a Geografia Crítica incorpora na análise espacial as noções processo, contradição, agentes sociais e tempo histórico [...]”, que são elementos utilizados nesse estudo. Além disso, a autora aponta a influência de Henri Lefebvre (e os conceitos de espaço vivido e espaço concebido) para atenção que a abordagem da geografia crítica passa a dar para a questão da cultura.

Com o desenvolvimento de trabalhos que apontam para a importância da cultura, para se compreender o espaço, a questão do patrimônio cultural também passa a ser um tema importante para os estudos geográficos. Nigro (2010) apresenta três aspectos da abordagem geográfica do patrimônio: uma diz respeito ao fato de o patrimônio ser um fenômeno cultural, é também eminentemente espacial, pois ocorre em algum lugar e é patrimônio de alguém; outro aspecto é que o patrimônio pode ser abordado pela geografia enquanto campo de tensões sociais, revelando como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de pertencimento; um terceiro aspecto, ressaltado pela autora, é o de que a questão do patrimônio não diz respeito apenas à sua dimensão cultural, mas também econômica, política e territorial.

Assim, interessa não somente o que está sendo patrimonializado, mas como esse processo está ocorrendo, com a participação de que agentes, que conflitos são evidenciados nesse processo, e como os espaços patrimonializados (e os excluídos do processo) são apropriados e usados por esses agentes.

Prats (1998) diz que o processo de patrimonialização corresponde a uma “ativação patrimonial”, ou seja, é processo que seleciona objetos e processos para uma (re)valorização e (re)significação. Essa seleção obedece a lógicas e interesses atuais, a intencionalidades de atores sociais concretos, com a ação do Estado, expressando, portanto, as relações de poder existentes na sociedade atual. No processo de patrimonialização, atuam múltiplos grupos de agentes sociais, por isso, Choay (2001) indica que, na verdade, existem “múltiplos processos de patrimonialização”.

Canclini (1999) explica que as atividades empenhadas em definir o que é o patrimônio de determinada sociedade, bem como a preservação e difusão desses bens, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico que possuem, quase sempre resultam em certa simulação, ao pretender passar a ideia (ou ignorar o fato) de que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou pelo menos que a grandiosidade e o respeito por esses bens transcendem essas “fraturas sociais”.

Tendo como pressuposto a existência dessas disparidades, esse autor explicita que os bens patrimoniais reunidos historicamente por cada sociedade não é, na realidade, de todos, ainda que formal e aparentemente pertença e estejam disponíveis a todos (incluindo os discursos oficiais do Estado e os sistemas normativos legais). Isso implica dizer que os “[...] diversos grupos apropriam-se da herança cultural de maneiras diferentes e desiguais” e o autor explica, ainda, que “esta capacidade diversa de relacionar-se com o patrimônio origina-se, primeiro, na participação desigual dos grupos sociais em sua formação” (CANCLINI, 1999, p.17).

Para Bertonecello (2010) essa desigualdade social na definição do que será considerado patrimônio cultural, valorizando de maneiras diferentes os diversos elementos culturais dos grupos envolvidos, provoca a exclusão de outros grupos, que podem, inclusive, nem se identificar com os objetos ou práticas culturais que estão sendo patrimonializados.

Logo, torna-se evidente que o processo de patrimonialização acontece por meio de relações díspares entre os diversos grupos sociais, que se fazem presentes no espaço patrimonializado. Isso implica na concepção de que os aspectos espaciais envolvidos nesse processo possuem valores e relações identitárias diferentes, e muitas vezes conflitantes, entre os agentes desses grupos. Portanto, ao analisar a patrimonialização, evidenciando esses agentes e grupos e

seus modos de apropriação e usos espaciais, evidencia-se essa trama de lutas (materiais e simbólicas) que produzem o espaço patrimonializado.

Para Canclini (1999) se o patrimônio serve à união de uma nação ou um grupo, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem que no estudo das questões patrimoniais sejam abordadas enquanto espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos sociais.

Esse autor aponta, ainda, para a existência de uma “hierarquia dos capitais culturais”, dizendo que

[s]e consagram como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor (CANCLINI, 1999, p.18).

Os espaços públicos das cidades, na pós-modernidade, em especial os espaços patrimonializados, apresentam dupla função, que, de acordo com Figueiredo (2008, p. 80),

[...] ao mesmo tempo em que proporciona lazer aos moradores, processos de sociabilidade (ou ainda *sociétais*), garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer; também é visto como lugar de referência da cultura, divertimento e entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que uma sociedade/cidade tem, e é para lá que se dirigem os visitantes da cidade que querem ver aquelas vidas resumidas em obras, arte, exposições, totens, e o que mais pode ser classificado como indenitário ou o típico do lugar.

Esse fenômeno ocorre de maneira especial nos centros históricos urbanos, que têm vários dos seus edifícios musealizados, ou transformados em espaços “culturais”, no sentido de abrigar manifestações artísticas.

Quanto às áreas do Centro Histórico, que passam por essas tendências do processo de patrimonialização, Vasconcelos (2003, p. 118)

[...] uma parte da cidade renovada, mercantilizada, deshistoricizada e desfrutável..., com as principais características de uma cidade pós-moderna, que mesmo sendo antiga, pode ser "re-embalada" como uma nova mercadoria, passível de ser consumida pelos turistas e pelas classes dominantes, que dessa maneira retornam ao centro, não mais para habitar, mas para consumir um novo produto.

Canclini (1999) aponta o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais como os tipos de agentes que interagem, contraditoriamente, no processo de patrimonialização, enquanto disputa econômica, política e simbólica. No entanto, este autor ressalta que é incorreto considerar que as classes populares apenas estão em posição de subordinação em relação aos grupos hegemônicos.

Esse mesmo autor adverte que “a ação privada nem sempre pode ser reduzida a uma simples agressão ao patrimônio, já que alguns grupos apreciam o valor simbólico que incrementa o valor econômico” (CANCLINI, 1999, p. 20). Desse modo, é incorreto reduzir a apropriação e utilização do espaço patrimonializado por agentes do mercado a uma deterioração (física e simbólica), já que muitas vezes são esses agentes quem financiam o “cuidado” com o patrimônio, as ações de preservação, reforma e conservação, visando a agregação de valores econômicos aos seus negócios.

Assim, é possível que existam ações de iniciativas privadas, que objetivem a valorização e o cuidado com os aspectos materiais e imateriais dos espaços patrimonializados, mas que, de fato, muito provavelmente tem o interesse de ganhos financeiros com essas ações, seja com o aumento do lucro, seja pelo vínculo da marca empresarial a essas ações, o que é bom para o marketing dos negócios.

O quadro 2 apresenta uma síntese dos paradigmas das políticas para a área do patrimônio cultural, a saber, tradicionalismo, mercantilista, conservacionista, participacionista.

Paradigma	Implicações
1. tradicionalismo substancialista:	Julgam os bens históricos unicamente pelo valor que tem em si mesmo, concebendo a conservação desses bens independentemente do uso atual.
2. mercantilista:	Concebem o patrimônio como uma oportunidade para a valorização econômica do espaço social ou como obstáculo para o progresso econômico. São considerados os aspectos estéticos, sujeitos à utilização para o lazer e para o mercado.
3. conservacionista e monumentalista:	O foco da atenção está na grandiosidade de edifícios, desconsiderando os entornos urbanos e rurais, em meio aos quais esses monumentos adquirem sentido.
4. participacionista:	Concebe o patrimônio e sua preservação em relação às necessidades gerais da sociedade. As funções anteriores e os valores intrínsecos dos bens são subordinadas às demandas do presente. Um processo democrático deve decidir como esse patrimônio será preservado e usado.

Quadro 1: Paradigmas das políticas culturais.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Canclini (1999)

A ênfase no paradigma participacionista é uma estratégia para que os bairros históricos afastem-se do risco de se transformarem em “cidades-museus” (formas sem função) ou “cidades para *snoobs*” (apropriados por uma elite intelectual, burguesa). Assim, nas palavras de Gonçalves (2003, p. 27) “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”.

Observamos que as atuações do Estado para transformações nos antigos centros urbanos em diversas vezes é justificada por um discurso, produzido e reproduzido entre vários grupos sociais urbanos, de que essas áreas passam por um processo de abandono, por parte dos seus habitantes, em função dos novos centros que se forma na cidade. No entanto, Trindade Jr (2008, p. 150) observa que

[...] não se trata de esvaziamento do centro, como buscam os discursos que propagam o seu "embelezamento" e o seu "resgate", mas principalmente da necessidade de se redefinir funcionalidades, formas de controle e novos usos demarcados por relações de poder que incluem a definição de uma

nova imagem da cidade a partir de seus centros urbanos principais. É nesse sentido que podemos falar, também, de uma centralidade e de um controle de ordem simbólica relacionados aos centros urbanos principais.

Portanto, trata-se de um jogo de discursos e intencionalidades, no campo material e simbólico das antigas áreas centrais urbanas, para decisões sobre novas funções sociais e novos padrões estéticos para essas áreas, com interesses diferentes entre os diversos grupos sociais envolvidos nesse jogo.

Para Canclini (1999), as políticas para o patrimônio cultural devem seguir a premissa de que a preservação de bens culturais nunca pode ser mais importante do que as pessoas que precisam deles para viver, e as soluções para esses conflitos devem buscar um equilíbrio orgânico entre as tradições que dão identidade e as mudanças imprimidas pela e para a modernização. Além disso, o autor defende a ideia de que essa política não tem apenas a tarefa de cuidar somente dos objetos “autênticos” de uma sociedade, mas sim o que é culturalmente representativo e valorizado para esta sociedade.

O autor explica ainda que o Estado tem uma relação ambivalente com a questão patrimonial. De um lado, valoriza e promove o patrimônio como fator de integração de uma identidade nacional e/ou local, tentando provocar uma diluição de particularidades e de conflitos, de outro, o Estado age com auto-complacência cenográfica.

Portanto, obviamente as ações estatais estão a serviço de grupos sociais específicos (de maneira desequilibrada), e muitas vezes não há a preocupação com a democratização de debates prévios ao planejamento e implementação dessas ações. Lefebvre (1991, p. 131) chama de “burocratas da cultura” a esses agentes responsáveis por burocratizar e institucionalizar o processo de patrimonialização, ressaltando que, na realidade, a cidade não tem “uma” ou “a” cultura única e exclusiva, mas sim uma multiplicidade cultural, relacionada a diversidades de grupos sociais e processos históricos que produziram e produzem a cidade.

Bertoncello (2010) explica que, nos processos de patrimonialização, os possuidores dos “saberes expertos” julgam o que será considerado patrimônio, definindo, a partir de critérios supostamente objetivos que bens ou processos

merecem ser preservados. Esses agentes normalmente estão ligados à ciência, às organizações internacionais, aos conselhos que tratam do tema, entre outros. Nesse contexto, as universidades e instituições de pesquisa tem um papel fundamental de embasamento (ou legitimação) das políticas estatais para o setor da cultura.

A atuação do que Canclini (1999) chama de “movimentos sociais”, assemelha-se muito ao que Corrêa chamou de “agentes sociais excluídos”, e está relacionada a atuação de agentes sociais responsáveis por críticas e elaboração de soluções para problemas ligados à expansão demográfica, a urbanização incontrolada e a degradação ambiental, entendida de maneira ampla (para além do meio natural). A atuação desses movimentos sociais está relacionada à recuperação e revalorização de bairros, edifícios e pela manutenção do espaço urbano enquanto espaço habitável.

Esses movimentos consideram que a questão do patrimônio (natural e urbano) não está sob a responsabilidade exclusiva dos governos e que essa articulação organizada em movimento social é necessária para que os governos dêem atenção à temática. Além disso, como premissa desse movimento está a criação de condições materiais e simbólicas para que todos os grupos possam compartilhar dos bens patrimoniais e neles encontrar significado.

Diante desse vasto contexto, podemos observar que o processo de patrimonialização, ao selecionar aspectos da cultura, enquanto práticas humanas e produção de materialidade, tem atualmente uma íntima relação com a intenção de exibição desses elementos ao outro, no processo de construção de identidades territoriais. O turismo tem sido tratado como essa oportunidade de exibição, ao mesmo tempo em que, para alguns, é também oportunidade de práticas econômicas embasadas no patrimônio cultural.

Por isso, ainda que sejam processos diferentes, tanto os aspectos teóricos quanto nossas observações empíricas indicam que os processos de patrimonialização e turistificação cooperam no processo de produção do espaço, de modo particular nos centros históricos urbanos. Por isso, torna-se importante discutir aspectos conceituais que caracterizam o turismo e o processo de turistificação, relacionando-os com dinâmicas espaciais. É principalmente esse o objetivo da sessão que se segue.

2.3 TURISMO E O PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO

É possível remeter-se a atividades e relações humanas ligadas ao deslocamento de pessoas e estruturas, que permitem dizer que, em vários tempos históricos pretéritos, a viagem esteve presente nas sociedades. No entanto, estamos aliados aos diversos autores, entre eles Krippendorf (2001), Barreto (2003), Lohmann e Panosso Neto (2008) e Figueiredo (2010), para abordar o turismo enquanto atividade que tem suas características estruturadas em tempos modernos, relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças sociais, econômicas e espaciais ocorridas a partir do século XIX.

Entende-se, nessa abordagem, que somente com as condições tecnológicas (entre elas os transportes, e os meios de comunicação) e as condições sociais (como ganhos de tempo livre do trabalho e férias remuneradas) dispostos naquele período é que essa atividade, que hoje entendemos como turismo, pôde se desenvolver.

Uma análise etimológica da palavra turismo ajuda-nos a compreender as ideias essenciais contidas nesse conceito. Panosso Netto (2010, p. 21) expõe que “[o] termo turismo vem das palavras *tour* e *turn* (inglês), com raiz no latim *tornus* e *tornare*. Com o tempo, foi assumindo o significado de tornar, retornar, girar, dando a ideia de viagem de ida e volta”.

Portanto, o turismo implica viagens de ida e volta, a um lugar diferente daquele a qual o turista pertence, predominantemente ligado à atividades de lazer, ainda que as vezes o deslocamento seja realizado no contexto de atividades profissionais.

O Brasil, por meio da Lei Nacional do Turismo (2008), possui uma definição oficial de turismo, como

as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. [...] As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Essa definição norteia as políticas estatais e das ações de profissionais e empresas e está focada nas atividades econômicas que o turismo movimenta. No entanto, ressaltamos que, em nossa visão, o turismo não corresponde restritamente à rede de organizações empresariais e os negócios que essa rede movimenta, sendo essa uma visão que reduz a abrangência que o turismo realmente possui na sociedade atual. Essa redução exclui diversas outras práticas turísticas, que não estão sob o domínio de empresas da hospitalidade mercantilizada.

Nesse contexto, é possível observar que predomina nos discursos oficiais de agentes do Estado e do mercado turístico, reproduzido em outras instâncias, de que o turismo é uma atividade com grande capacidade de ganhos econômicos, como geração de emprego e movimentação financeira no lugar que recebe fluxos turísticos. No entanto, sobre mesmos aspectos e com Sinclair e Stabler (2009, p. 153), destacam que o modo como essa atividade ocorre, na verdade, pode ter o efeito inverso, sobretudo os modelos de desenvolvimento turístico pautado nas empresas do sistema comercial global ou hábitos de consumo que priorizam insumos (produtos) vindos de fora do local.

Para esses autores,

[o] consumo que os turistas fazem de alimentos e bebidas importados de seus países de origem, em hotéis pertencentes a conterrâneos e administrados por eles, é um excelente exemplo de como a receita pode escapar do país de destino. (SINCLAIR e STABLER, 2009, p.153)

Portanto, ganhos para a localidade receptora do turismo não são garantias, podendo significar até mesmo prejuízos para os ganhos econômicos de agentes externos a essa localidade.

Por ter seu desenvolvimento no contexto no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o turismo, ao mesmo tempo em que é uma atividade sociocultural (BARRETO, 2003), que marca a sociedade atual, também propiciou o

desenvolvimento de um setor econômico que, por possuir grande capacidade de dinamização de capital, tem recebido grande atenção de pesquisas científicas e governos.

Lefebvre (1974, p. 221) contextualiza o desenvolvimento da atividade turística com o desenvolvimento do modo de produção capitalista do espaço, dizendo que,

[...] com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio.

Portanto, o desenvolvimento do turismo implicou também em apropriação e uso de espaços, por meio da ressignificação e refuncionalização de espaços, como a praia e o mar, que em outros tempos, eram espaços temidos, ocupados por transgressores sociais (como os piratas). Aquele autor ressalta, ainda, que o turismo é um dos subsistemas, “por meio dos quais a sociedade existente se organiza e organiza a cotidianidade segundo uma ordem ou ordens próximas”. (LEFEBVRE, 1991, p. 83-4)

Por contribuir de maneira particular, mas intensamente, com a dinâmica espacial, o turismo passa a ser analisado a partir dessa dinâmica, uma vez que, conforme expõe Cruz (2007, p.14) “o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma tabula rasa, sobre espaços vazios e sem donos”. Portanto, o turismo apresenta uma intrínseca relação com o espaço, que condiciona a realização dessa atividade, mas contraditoriamente é produzido para que esta atividade ocorra e durante sua realização.

Os espaços turísticos, portanto, são esses espaços produzidos pela presença (mas muitas vezes não exclusividade) de atividades turísticas e, ao mesmo tempo, condicionantes dessas atividades. No entanto, Costa (2007), caracteriza o espaço turístico como uma rede, já que do espaço são selecionados pontos (e não a sua totalidade) por onde o turista passa e desenvolve suas atividades.

É também encontrada, na literatura sobre análises geográficas do turismo, definições de “territórios turísticos”. Cruz (2003, p. 11) apresenta uma dessas definições, dizendo que os “territórios turísticos” são “porções do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinante”. A autora faz uma ressalva quanto à utilização das aspas ao se tratar da adjetivação de turísticos ao se referir aos territórios, dizendo que

[...] teoricamente, não há território que seja adjetivamente turístico. O que existe, de fato, são ‘usos turísticos do território’, ou seja, porções de espaço apropriadas por diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade turística.

Coriolano (2006, p. 370) explica que aqueles territórios “são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo”. Portanto, no território turístico existem diversas dinâmicas espaciais e de territorialidade, as quais estão ligadas à atuação de uma complexa rede de agentes sociais, tanto do local, quanto articuladas a relações globalizadas.

Ao considerar o turismo como uma atividade com grande participação na produção social do espaço, vários autores, como Knafou (1996) Cruz (2007; 2003), Fratucci (2007; 2008), Andrade e Tavares (2012) e Rocha e Tavares (2012) tratam do processo de turistificação do espaço. Vale ressaltar que esse é o enfoque deste trabalho, no entanto, outros diversos aspectos da sociedade contemporânea podem ser analisados a partir de um processo de apropriação, uso e transformações em decorrência do turismo, como, por exemplo, o estudo de Bhandari (2008), que trata da turistificação da cultura.

Cruz (2003; 2007) entende o processo de turistificação do espaço como processo de apropriação e uso do espaço pelo e para o turismo, e ressalta que, no processo de turistificação, não ocorrem apenas intervenções no sistema de objetos, por meio de mudanças físicas no espaço, mas também o sistema de ações recebe intervenções, através, por exemplo, de programas de qualificação profissional e de

marketing turístico. A autora demonstra, assim, que não há turistificação apenas do campo material, mas também no campo imaterial da sociedade.

No entanto, esse processo de turistificação não implica somente em criação de objetos espaciais novos, pois, como explica Cruz (2007, p. 12),

[...] a criação de um novo sistema de objetos é, portanto, acompanhada pela adequação de objetos preexistentes aos novos usos requeridos pelo turismo, como é o caso dos vários projetos de recuperação/revitalização de bairros históricos [...] (2007, p. 12)

Assim, especialmente ao se analisar a existência de atividades turísticas nos centros históricos das cidades, o turismo tem a característica de criação de novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, atribuindo-lhes, em vários casos, novos significados e novas funções.

Para Figueiredo (2008, p. 86)

[a] turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adêquem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos: os musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação. Os elementos são conformados para simbolizar, recepcionar e acolher.

Portanto, a turistificação deixa, no espaço, suas marcas e evidências, a esse direcionamento para a recepção de visitantes e turistas, considerando principalmente os paradigmas mercadológicos de mediação desta atividade.

Fratucci (2008) ressalta que, para análise do turismo, devem ser considerados os agentes sociais (e suas relações) existentes no seu processo de desenvolvimento, superando a imprecisão de análises que abordam o turismo como

agente que “causa impactos ambientais”, que “exclui grupos sociais locais”, por exemplo. Esse autor, propõe uma definição de turismo, que deve ser

[...] visto como um conjunto de agentes interrelacionados no tempo e no espaço, que compõem redes territoriais e de relacionamentos, sazonais, flexíveis e fluídas, onde ocorrem os encontros de alteridades distintas (do turista, do trabalhador, do anfitrião, do poder público e do capital), apoiadas tanto pela lógica da produção como do consumo. (FRATUCCI, 2008, p. 75)

Para Knafou (1996) existem três “fontes” de criação (no sentido de causadores, agentes) da atividade turística e de turistificação dos espaços turísticos, a saber: o turista, o mercado e o que o autor chama de “planejadores e promotores territoriais”. Importante revisão das considerações teóricas de Knafou é feita por Fratucci (2007), que reelabora essa definição dos agentes da turistificação, que passa a refletir melhor as realidade brasileiras.

Fratucci (2008, p. 74) indica que,

[...] assumindo o entendimento do agente como fator capaz de produzir um efeito sobre determinado fato ou atividade, os agentes sociais produtores do turismo compõem-se de pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso.

O autor considera também como agentes da turistificação os turistas, o mercado (comumente tratado entre os profissionais do turismo como “trade”), e renomeia o que Knafou (1996) chama de “planejadores e promotores territoriais” pelo que entendemos como agentes do Estado, além de acrescentar agentes ligados à grupos sociais autóctones, não citados por este.

Para Cruz (2007, p.10)

[...] seria uma incrível ingenuidade teórica acreditar que todos os indivíduos que habitam o planeta participam da mesma forma e com a mesma

intensidade dos processos de produção do espaço. Há que se distinguir atores hegemônicos de não-hegemônicos.

Para a autora, o par dialético “Estado e mercado” “é composto por agentes hegemônicos no processo de turistificação, ressaltando que, em várias situações, como aponta Santos (1999), o Estado exerce um papel de subserviência aos agentes do mercado, enquanto ente “regulador das relações sociais e de provedor de infraestrutura” (CRUZ, 2007, p.10).

Metodologicamente, é importante a ressalva que a referida autora faz ao fato de que o mercado não corresponde a uma amálgama de organizações empresariais, mas sim formado por agentes. Portanto, no processo de turistificação o mercado não é um agente em si, mas sim participam desse processo, agentes ligados ao mercado. Fratucci (2008, p. 88) diz que

os discursos pregam o afastamento do Estado, mas a prática mostra que os próprios agentes do mercado se articulam e pressionam o Estado para que invista no fornecimento de toda a infra-estrutura necessária, para que eles se instalem sem riscos de perda ou prejuízo além de, também, articular para que esse mesmo Estado financie seus investimentos de maneira que lhes seja vantajosa.

Cruz (2007, p. 14) expõe que os turistas também exercem certa hegemonia no processo de turistificação, já que

Estado e mercado atuam no setor de turismo em função da existência de consumidores-turistas e eles mesmos, turistas, tem sido responsáveis, ao longo da história, pela invenção de muitos destinos turísticos e, conseqüentemente, pela deflagração de novas dinâmicas nos processos de produção do espaço dos lugares dos quais se apropriam.

No entanto, o modo como os turistas empreendem suas viagens e a maneira como eles desenvolvem suas atividades não são homogêneas. Quanto a isso, Figueiredo (2010, p.28) adverte que

[...] viajantes e turistas não são grupos constituídos, estudá-los pode ser uma grande armadilha. Ninguém é viajante ou turista, isso não é uma profissão ou uma característica racial ou biológica. Portanto, estudar essas noções é estudar tipos humanos completamente diferentes, e que se aproximam ou se afastam a partir das concepções sobre viagem e como se comportam quando estão viajando.

Portanto, diferente dos demais grupos ligados aos processos que nos propomos a estudar neste trabalho, os turistas correspondem a um grupo instável e momentâneo, que corresponde às pessoas que temporariamente estão visitando um lugar diferente do seu.

Além do fato de nesse grupo haver uma diversidade dos modos de usos dos espaços turísticos e das atividades desenvolvidas nesses espaços, há também a existências de conflitos internos, de diferentes subgrupos de turistas, como demonstrou Ribeiro (2007), ao analisar as diferentes estratégias territoriais de apropriação e uso do espaço da Ilha de Mosqueiro, em Belém, por turistas de segunda residência e excursionistas.

Portanto, ainda que exista a hegemonia do Estado e de agentes ligados ao mercado, a sociedade civil não está isenta de sua participação no processo de turistificação. Essa participação pode ocorrer na mesma lógica hegemônica dos demais agentes, mas também podem representar contra racionalidades às determinações hegemônicas.

Para Souza (1997), existem três grupos principais a serem analisados, na perspectiva de identificar “quem ganha e quem perde” com o desenvolvimento do turismo. O primeiro seria a população da área de origem dos turistas, que na visão do autor, são neutros nessa relação de ganho ou perda, quer dizer, não ganham nem perdem; outro grupo compreende os turistas, que ganham com a atividade, pois, em tese, é para eles que os espaços são preparados; e por fim, a população

das áreas de destino dos turistas, que podem ganhar ou perder, dependendo do modo como o turismo ocorre nessas áreas.

É importante ressaltar que ao considerar a população local como agente do processo de turistificação, teórica e metodologicamente não é possível homogeneizar esses agentes, de modo que na prática é comum que com a implementação do turismo, parte dessa população ganhe (direta ou indiretamente), seja com os lucros financeiros, seja pelo usufruto das estruturas implantadas para o turismo; enquanto outra parte dessa população vê-se prejudicada com a presença dessa atividade.

Enquanto atividade produtora e consumidora do espaço, o turismo desenvolvido em áreas urbanas tem utilizado, como tendência mundial, os centros históricos e os elementos do patrimônio cultural, enquanto “matéria-prima” desses espaços como produtos turísticos. Segundo Bertoncetto (2010, p. 34) “[...] o turismo é visto como uma prática de recompensa e restauração pela participação no mercado de trabalho”.

Para Miranda (2006, p. 21)

[a] remodelação de centros históricos voltados ao turismo apoia-se na remoção de elementos indesejáveis, como a pobreza e seus consequentes, e na valorização de aspectos artificiais, como cores fortes e iluminação teatral. O contato efêmero e superficial do turista e o gosto pelo exótico são reforçados pelos projetos de ‘revitalização’ urbana. Reflexos da espetacularização que toma conta da sociedade contemporânea, os espaços-cenário buscam responder às necessidades do público de visitantes.

A partir do entendimento de que o paradigma existente de uso e apropriação do patrimônio cultural pelos agentes ligados diretamente ao turismo, especialmente àqueles que veem essa atividade como possibilidade de dinamização de negócios, tem gerado dinâmicas espaciais que negligenciam (e em muitas vezes até excluem) parte considerável da história e das dinâmicas socioespaciais locais. Muitas ações nos Centros Históricos urbanos, atualmente, ocorrem com o objetivo de adequação desses espaços aos modelos estéticos do turismo global, transformando-os em meros cenários para atividades de lazer e turismo.

Por outro lado, Paes (2009) indica que a apropriação e uso turísticos dos Centros Históricos não devem se restringir àquelas políticas emergentes de refuncionalização, apontando que há possibilidades de desenvolvimento do turismo incluindo e valorizando as dinâmicas socioespaciais locais. Desse modo, um turismo de base local urbano, contribuiria a um desenvolvimento local dessas áreas urbanas, evitando ou amenizando os conflitos territoriais observados em iniciativas de imposição daquele referido modelo paradigmático.

Portanto, essa abordagem teórica nos permite notar que, ainda que os processos de patrimonialização e turistificação, esses processos, na prática, apresentam forte relação e a atuação dos grupos sociais envolvidos nesses processos, em várias situações, ocorrem com consequências que contribuam a ambos os processos.

Essas premissas norteiam nossa análise sobre a produção do bairro da Cidade Velha, a partir do enfoque nas categorias do patrimônio cultural e do turismo, os grupos de agentes que participam ativamente desse processo, mesmo que esses grupos não sejam homogêneos. O desenvolvimento dessas análises, a partir do estudo específico da Cidade Velha, consta na seção seguinte.

3 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO CIDADE VELHA, NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE BELÉM-PA

A formação histórica do espaço que hoje corresponde ao bairro Cidade Velha é consequência de muitos fatos e contextos socioculturais, econômicos e políticos da cidade de Belém e da Amazônia. Não faz parte dos objetivos centrais deste trabalho o detalhamento e análise aprofundada desse processo, mas cabe aqui, a apresentação de algumas informações que contextualizam o bairro no espaço de Belém e sua relação com a história de ocupação e de tentativas de desenvolvimento para a região amazônica.

Inúmeros autores da história social de Belém e do Pará tratam como “início” de nossos tempos a chegada dos colonizadores portugueses, no começo do século XVII, induzindo a uma visão de que essa área a ser colonizada estava vazia de gente e sem história social, cultural e espacial anterior a esse processo de invasão e conquista. Cruz (1993, p. 13) exemplifica tal abordagem ao dizer: “quando Francisco Caldeira de Castela Branco e seus companheiros de jornadas tomaram posse de Belém, na tarde de 12 de janeiro de 1616, a cidade passou a contar com seus primeiros habitantes”.

Essa visão contribui muito para a compreensão do imaginário e dos discursos atuais sobre a importância do bairro enquanto patrimônio da história cultural de Belém e da Amazônia. Vale ressaltar, então, que há poucas referências, nessas narrativas e estudos, à presença indígena na área, e que o início da construção, do que hoje é a cidade de Belém, deu-se por meio de conflitos de várias naturezas com esses povos, enquanto habitantes nativos, que tiveram ações de resistência e de contribuição ao processo de domínio exógeno de seu território, servindo como mão de obra na construção de prédios como algumas das igrejas.

O processo de colonização da Amazônia por Portugal e o início da formação socioespacial da cidade de Belém estão inseridos em estratégias para a integração do espaço amazônico ao império lusitano. Teixeira (1995, p. 11) expõe que,

[t]ornar os índios submissos, convertê-los ao cristianismo e fazer deles colaboradores, se custou muitas vidas aos conquistadores, aos índios custou a dizimação de sua raça, o aniquilamento de sua cultura a perda da terra, e da identidade. Mais que tudo, custou-lhes a ignomínia e a infâmia da escravidão.

O “patrimônio cultural” exaltado e protegido na Cidade Velha, sobretudo as referências culturais da colonização portuguesa, foi erigido a partir do aniquilamento do patrimônio cultural de outras sociedades, o que já evidencia uma característica básica da categoria patrimônio, que é a seletividade na escolha do que é considerado relevante enquanto bem patrimonial.

A construção do Forte do Presépio (hoje, Forte do Castelo), das primeiras casas, de capelas para a atividade religiosa cristã e dos caminhos que interligavam essas estruturas marcam as primeiras organizações espaciais do povoado dos colonos-conquistadores. “Era um núcleo modesto, como modestas, bem simples deveriam ser as casas levantadas em derredor do núcleo, que se formava”, nas palavras de Cruz (1993, p. 15).

Esse autor indica também que ainda no século XVII “já existia algum progresso”, referindo-se à abertura da Rua do Norte (atualmente, Rua Siqueira Mendes), em 1619, iniciada na Praça D’Armas (hoje, Praça Frei Caetano Brandão) até um sítio doado, em 1627, aos frades Carmelitas Calçados, para que fundassem a igreja e o convento Nossa Senhora do Carmo, onde, em frente, foi construído o Largo do Carmo.

O núcleo inicial de Belém está localizado estrategicamente em um sítio da cidade onde é possível a visão da “entrada” (no sentido da vinda pelo oceano Atlântico) da baía do Guajará, de onde poderiam vir possíveis ameaças ao projeto português de ocupação e controle dessa área. Esse núcleo foi considerado, durante o século XVII, “a cidade”. Apenas com o posterior desenvolvimento e aumento da população da outra parte, chamada de “Campina”, separada pelo igarapé do Piri (região portuária da colônia), (Figura 1), é que se passa a considerar a primeira parte como “Cidade Velha”.

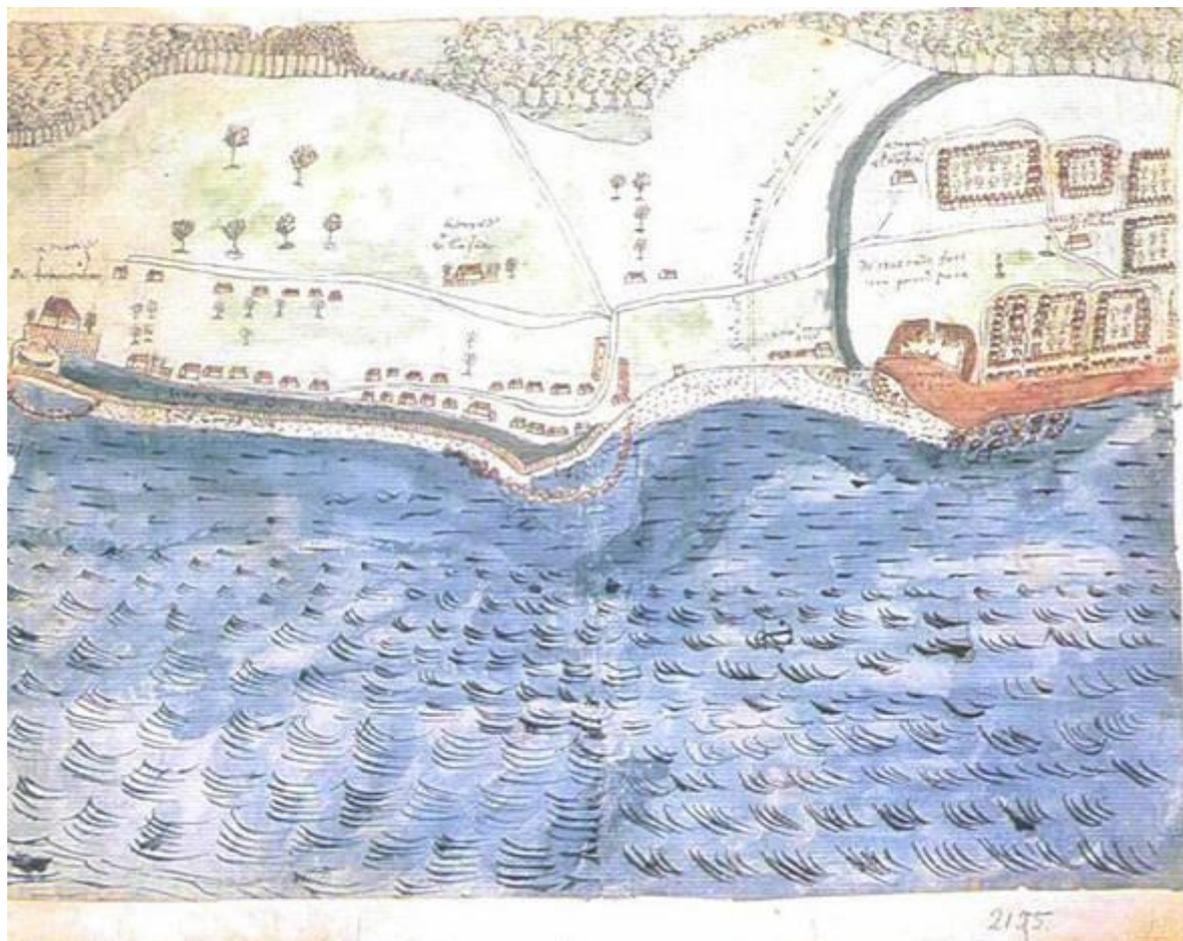


Figura 1: Planta geral da cidade de Belém-PA, século XVII. Manuscrito que se encontra no Arquivo Real de Haia. Ilustra o processo de expansão da urbanização de Belém naquele século, e podemos notar a representação, à direita, do primeiro núcleo urbano (atualmente parte do bairro Cidade Velha), e a Campina, separada daquele núcleo central pelo Igarapé do Piri, que cortava a cidade.

Fonte: Ferreira, 2012.

De acordo com Penteado (1968, p.107), referindo aos espaços da “cidade” e da “campina”, no contexto do fim do século XVII,

[e]m ambos, a paisagem urbana pouco diferia: ruas estreitas e tortuosas, especialmente as travessas, ainda com poucas edificações, mas com algumas importantes igrejas e conventos, que se sobressaíam do conjunto arquitetônico, predominantemente constituído e casas de um só pavimento, de taipa ou de barrote revestida de tijuco, denunciando a espontaneidade do desenvolvimento urbano.

É importante destacar que a configuração das formas espaciais presentes nessa área refletem as estratégias, referentes ao contexto geopolítico, do processo de ocupação e controle do território amazônico por parte do povo ibérico. Segundo Gonçalves (2008), uma das características principais desse contexto é a manifestação dos elementos “cruz e espada”, metaforizando as estratégias militares, cuja presença é marcada pela construção da fortaleza para proteção do território e estratégias de dominação e imposição de valores culturais “civilizatórios”, por meio da Igreja Católica, representados pela presença dos templos construídos nessa área.

Com base em Trindade Jr. (2008), vale ressaltar que a localização do núcleo da cidade, às margens do rio, justifica-se pela importância deste elemento espacial na inserção da região na economia mundial, por onde circulavam pessoas e mercadorias, dadas as condições tecnológicas do contexto histórico.

Para Moreira (1966, p.49-50)

[n]ão só condições geográficas, como a própria função histórica da cidade lhe impunha esta adstrição ribeirinha. Como praça forte, como boca de sertão e como centro missionário ela não podia se distanciar da beira d'água, pois o elemento hídrico era ao mesmo tempo a via, o atrativo e o campo comum de ação do militar, do aventureiro e do missionário. Por isso, enquanto foi pioneira, Belém permaneceu confinada à faixa marginal, o que importa em dizer que esse marginalismo ou periferismo estava em função - em grande parte pelo menos - do papel que a cidade desempenhava nos seus primórdios.

O século XVIII é marcado pela separação da Capitania do Pará da Capitania do Maranhão, com a consequente criação de sua Diocese. Então, Belém passa a receber obras para atender a demanda por templos católicos, palácios oficiais e residências para a elite que se formava. Nesse período também é criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pela vinda de africanos escravizados e pela dinamização da produção agrícola, pecuária e das transações comerciais na cidade.

O Pará passa a ter relações comerciais diretamente com Portugal, e Belém desenvolve forte característica de entreposto comercial, com sistema de trocas de mercadorias. A partir de meados do XVIII é que passa a ser comum a circulação de dinheiro em moeda na região.

Em 1753, chega a Belém o arquiteto italiano Antônio Landi, que assume o projeto de várias edificações na cidade, entre residências, palácios oficiais e igrejas, dos quais, muitos estão situados no bairro Cidade Velha. Para Teixeira (1995, p. 14), “Belém pode exibir hoje um acervo arquitetônico de características neoclássicas absolutamente pioneira no Brasil, onde aquele estilo só chegaria em 1816”, sendo uma consequência da atuação de Landi.

É importante destacar que esse período áureo do comércio e da produção da cidade começa a decair em 1777, com a crise financeira de Portugal e com o fechamento da Companhia de Comércio. Penteado (1968) analisa que entre a colonização e o período da economia da borracha, a cidade apresenta condições precárias de infraestrutura.

O período entre meados do século XIX e o início do XX (1840-1920) é marcado pela economia da borracha na Amazônia. Em Belém acontecem obras e ações de materialização da modernização da cidade com os ganhos financeiros dessa economia. No bairro Cidade Velha acontece, por exemplo, a construção do Palacete Pinho (Foto 1) e o calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados de Portugal (SARGES, 2002).



Foto 1: Palacete Pinho, localizado da Rua Dr. Assis, inaugurado em 1897, período áurea da economia da borracha na Amazônia. Esse solar foi residência do Comendador Antônio José de Pinho. Foi restaurado pelo governo municipal e reinaugurado em 2011.

Fonte: Macapuna, 2012

É nesse contexto histórico, na primeira metade do século XIX que ocorrem as obras de aterramento do igarapé do Piri, que para Penteado (1968, p.62), significou a “unificação das duas áreas da cidade”. O traçado dessas duas áreas unificadas nesse momento é que correspondem, hoje, ao Centro Histórico oficial de Belém.

Penteado (1968, p.62) comenta ainda que

a ação do homem, através de aterros, efetuados sobretudo na parte mais ocidental da cidade, para a construção da atual zona portuária, ou para a eliminação dos alagadiços existentes junto aos baixos cursos de alguns igarapés, contribuiu para o mascaramento de certos aspectos da topografia original do sítio de Belém, o que serviu para realçar a errada noção de que a capital do Pará seja uma cidade inteiramente plana [...]” (62)

O aterramento do Piri e outras ações de aterramento em Belém ocorrem em detrimento de propostas que existiam na mesma época, no sentido de abrir canais na cidade, como foram feitas em cidades europeias, como em Aveiro (Portugal), Bruges (Bélgica) e Veneza (Itália).

Também no período da economia da borracha, quando, segundo Penteado (1968), a população de Belém chega a cerca de 80 mil habitantes no ano de 1899, ocorre o processo de expansão da cidade para o norte e para o leste. Na região onde atualmente é o bairro do Marco, sobretudo na então Avenida Tito Franco (atual Avenida Almirante Barroso), por exemplo, passam a existir rocinhas, casas de campo da burguesia que deseja estar fora da agitação da dinâmica do núcleo urbano.

Na gestão municipal do Senador Antônio Lemos (1897-1908), momento em que Belém tem saldo em sua balança comercial, são realizadas diversas ações para o embelezamento da cidade. Na Cidade Velha, por exemplo, são feitas a pavimentação, modernização da iluminação pública para o sistema elétrico (que, até 1896, era a gás) e a remodelagem do Palácio do Governo (atual Palácio Lauro Sodré, Museu de Arte do Pará).

Penteado (1968, p.145) expõe que

[é] dessa época o calçamento da maior parte das ruas da Cidade Velha e do Comércio [...] com paralelepípedo de granito; também foram abertas inúmeras valas para escoamento das águas pluviais e dos esgotos e ajardinadas as maiores praças da cidade, além de outros melhoramentos.

Outra ação importante na produção do espaço do bairro Cidade Velha, ocorrida ainda na primeira metade de século XIX, foi a construção do canal da Avenida Tamandaré, como resultado da drenagem de parte do antigo igarapé do Piri. Naquele momento, a avenida era chamada de “estrada das Mongubeiras” e servia de limite à cidade.

Essa ação foi importante para a expansão da cidade, por meio da ocupação das áreas posteriores aos limites estabelecidos pela estrada das Mongubeiras. Tais áreas atualmente compõem uma parte do bairro Cidade Velha

que difere do núcleo inicial da cidade por não apresentar edificações com traços arquitetônicos do período colonial e pós-colonial da cidade.

Quanto àquela ocupação, Rodrigues (2008, p. 146) explica que

Com o aterramento, a estrada das Mongubeiras (hoje Almirante Tamandaré) ligou o largo do Bagé, no Arsenal de Marinha, ao largo da Pólvora e à estrada de Nazaré, que dava acesso ao único caminho terrestre de saída da cidade. Partindo desse núcleo central, abriram-se novos caminhos que levavam ao bairro de Batista Campos e, em sua extensão para baixo e para dentro da mata, ao lugar chamado Jurunas.

Para Penteado (1968, p.166), com o término do ciclo da borracha, a cidade passa por uma crise e, de acordo com suas análises, essa situação de crise, que referia-se sobretudo às perdas econômicas com o declínio da atividade de extração e exportação da borracha produzida na Amazônia, “foi acompanhada por uma completa desorganização administrativa; até a segunda guerra mundial, a cidade iria passar por uma sensível fase de estagnação”. Essa estagnação refere-se sobretudo a diminuição em grandes obras de estruturação da cidade e ao consequente crescimento desordenado, principalmente de áreas periféricas.

Penteado exemplifica o processo de produção do espaço do bairro Cidade Velha, nesse contexto histórico, com o registro da obra de ampliação da rua Domingos Rayol (atual rua Padre Champagnat), por volta de 1948 (Foto 2), a partir da demolição de casas existentes nessa rua. Tal ação resultou no alargamento da via que ligava o então largo do Palácio (atual praça Dom Pedro II) ao largo da Sé (atual praça Frei Caetano Brandão).



Foto 2: Casas térreas na rua Domingos Rayol (atual rua Padre Champagnat), junto ao Largo da Sé, são demolidas para alargar a referida rua que serve de ligação entre a Cidade Velha e o Largo do Palácio (atual praça Dom Pedro II). Essa ação, ocorrida já no século XX, demonstra que a configuração física e as características de uso do espaço do bairro Cidade Velha

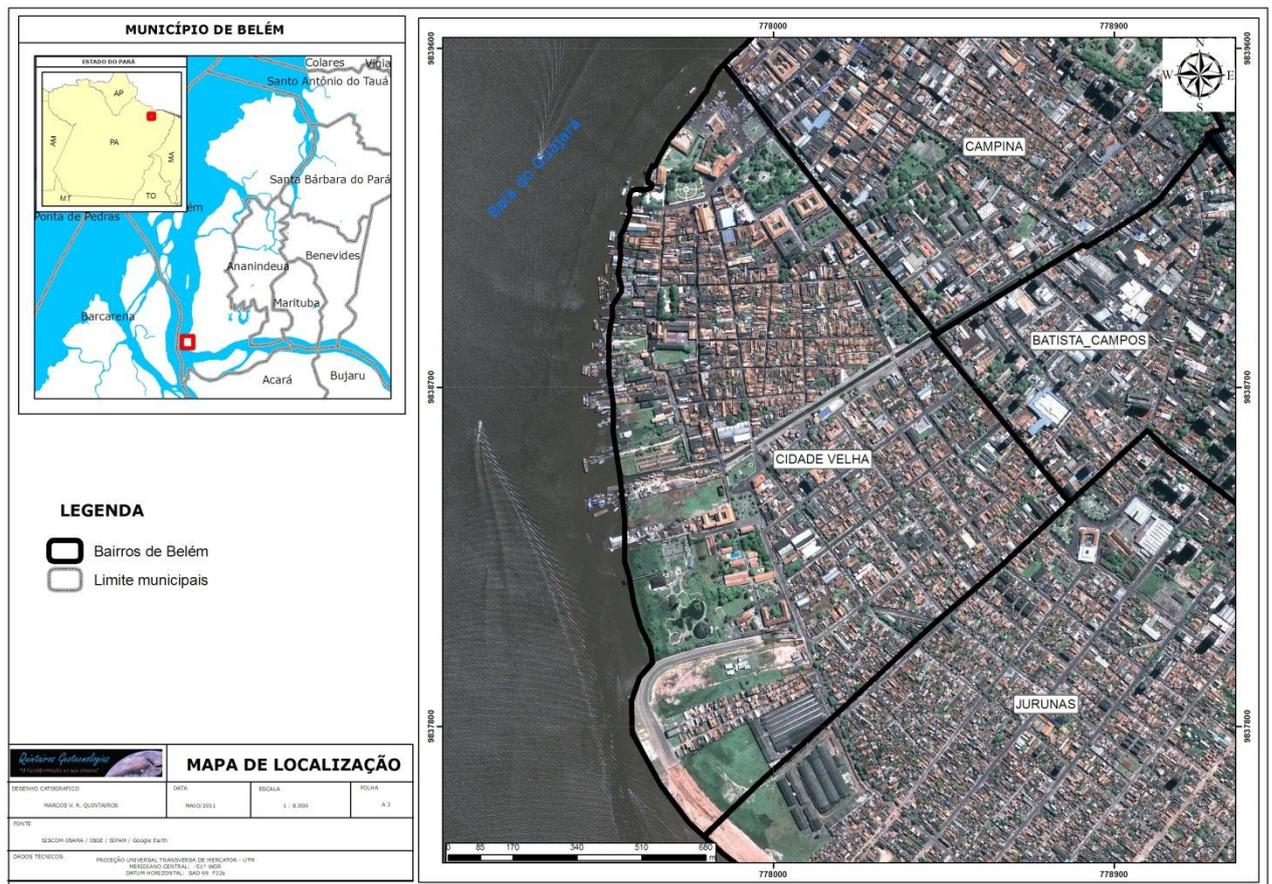
Fonte: Penteado, 1968.

O traçado do que é hoje o bairro Cidade Velha

[c]ompreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da margem oriental da Baía do Guajará com a Av. Portugal, segue por esta até a Rua João Diogo, a partir da qual passa a se chamar Rua Desembargador Inácio Guilhon, segue por esta até a Av. Almirante Tamandaré, onde passa a receber a denominação de Av. 16 de Novembro,

segue por esta até sua interseção com a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta e por seu prolongamento até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita e segue por este até o início da poligonal. (BELÉM, 1996, p. 2)

Essa demarcação incorpora a área referente ao núcleo urbano inicial da Belém colonial e que durante os séculos XVII e XVIII era considerada “a cidade”, por suas características de estruturação física e de uso do espaço. Mas também incorpora a área que passou a ser ocupada depois do período colonial, durante o século XIX, conforme já mencionamos e como pode ser observado no mapa 1.



Mapa 1: Localização do bairro Cidade Velha, na cidade de Belém, de acordo com a legislação mais recente, de 1996. A delimitação atual do bairro inclui o núcleo urbano do início da ocupação portuguesa dessa área, no século XVII, mas também inclui áreas de ocupação urbana mais recente, como a parte posterior (no sentido ao bairro do Jurunas) do canal da Avenida Tamandaré, que corta o bairro.

Fonte: Elaborado por Marcos Quintairos (2011).

A Cidade velha, portanto, apresenta, dois contextos espaciais diferentes em suas delimitações: o de área administrativa do município de Belém (apresentada no mapa 1) e o de parte integrante do Centro Histórico de Belém (mapa 2), que exclui a área de ocupação no século XIX, nos dispositivos de proteção legal.

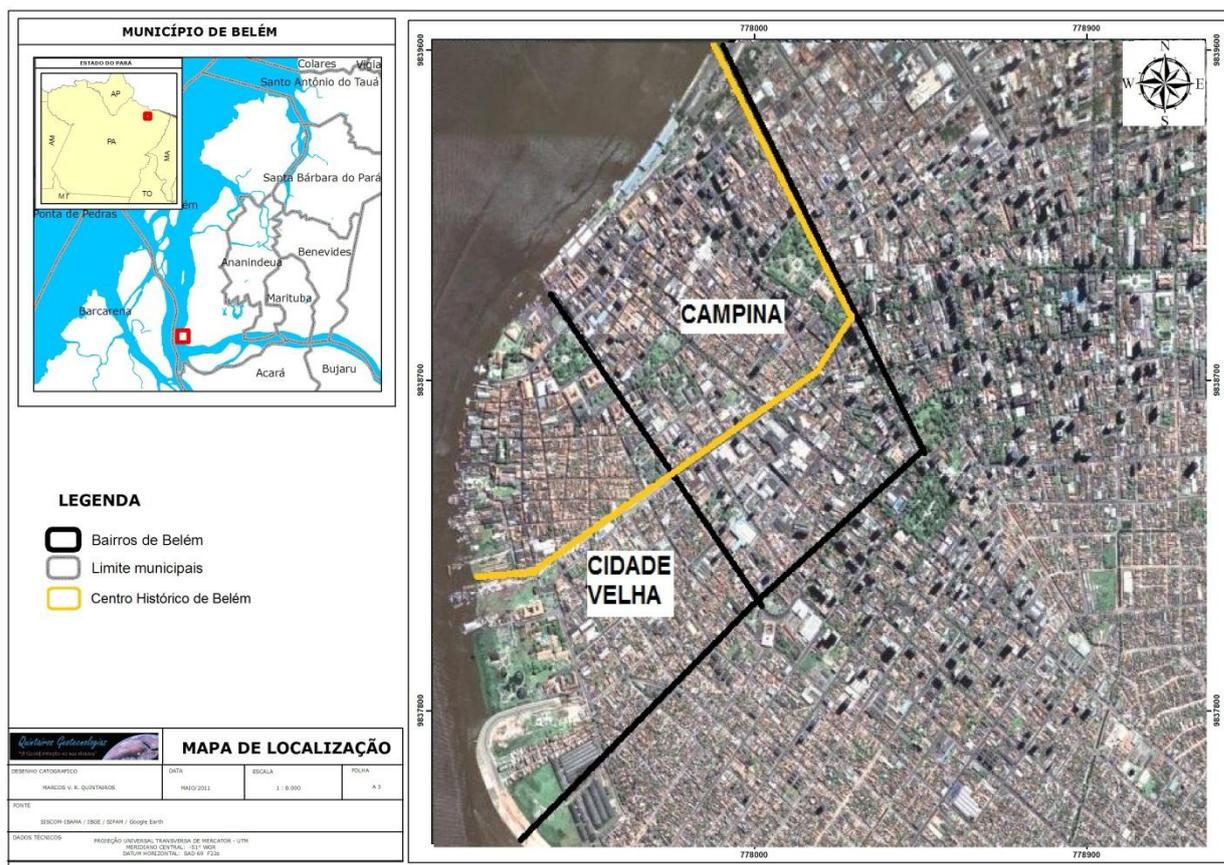


Foto 2: Delimitação do Centro Histórico de Belém. É possível perceber que, ainda que o Centro Histórico de Belém seja composto pelos bairros Cidade Velha e Campina, essa delimitação não corresponde à demarcação político-administrativa dos bairros, provocando sobreposições territoriais e alguns conflitos, sobretudo nas ações do Estado.

Fonte: Castro, 2012.

Em nossa pesquisa, observa-se que, considerando a relação com o processo de patrimonialização oficial e de atividades ligadas ao turismo, o bairro apresenta duas partes inseridas de modos diferentes nesse contexto.

Tanto no subsídio legal (BELÉM, 1994) que delimita o Centro Histórico de Belém, quanto em estudos científicos sobre a área, como em Miranda (2006), quando se referem aos aspectos patrimoniais do bairro, se restringem a uma “Cidade Velha patrimonial”, que fica entre a baía do Guajará e a Avenida Tamandaré, protegida pela legislação municipal e estadual, ressaltada, como veremos, nos discursos sobre patrimônio e sobre turismo no bairro.

A parte que fica entre a Avenida Tamandaré e o bairro do Jurunas (de ocupação urbana mais recente), em diversas vezes, é excluída dessas abordagens. Por exemplo, quando é considerado que na Cidade Velha não há escola pública, entre outros serviços públicos, como faz Miranda (2006). No entanto, muitos desses serviços existem, mas estão localizados na “Cidade Velha periférica” (na periferia do núcleo referente aos primórdios da urbanização de Belém).

Vale ressaltar que, nas análises apresentadas nesse trabalho foi empreendido o esforço de observar a Cidade Velha em sua delimitação administrativa, o que nos forneceu uma amplitude das ações que caracterizam os processos de patrimonialização e turistificação no bairro. Tais análises são apresentadas na sessão seguinte.

4 PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO DO BAIRRO CIDADE VELHA: AGENTES E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO

São apresentados, nesta sessão, os resultados do estudo dos processos de patrimonialização e turistificação no bairro Cidade Velha. Tais resultados advêm de pesquisa documental, das observações em campo, dos registros fotográficos e das entrevistas realizadas. É apresentado o mosaico de modos de atuação, nos processos de patrimonialização e turistificação, de agentes ligados ao Estado, aos circuitos econômicos do mercado, à comunidade do bairro (considerando, além dos moradores, pessoas que trabalham na área e a Igreja), aos produtores culturais que realizam eventos na área e aos turistas que visitam a Cidade Velha.

4.1 ATUAÇÕES DO ESTADO NA PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO DO BAIRRO

Em meados do século XX são elaborados os primeiros dispositivos legais que objetivavam a proteção de monumentos existentes em Belém, muitos deles localizados no bairro Cidade Velha. Ações nesse sentido prosseguem até os dias atuais, como primórdios da política preservacionista do patrimônio que temos hoje, a exemplo da aprovação do tombamento do bairro Cidade Velha, como patrimônio cultural nacional (antes disso, apenas parte do bairro era protegido por leis estadual e municipal), conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 2: Ações Legais de Preservação do Patrimônio Cultural – Cidade Velha.

Ano	Ação
1941	Tombamento: Catedral da Sé, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Santo Alexandre e Capela São João Batista
1942	Tombamento do Palácio Antônio Lemos
1950	Tombamento do Solar do Barão de Guajará – hoje, Sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
1962	Tombamento do Forte do Castelo
1963	Tombamento do Conjunto arquitetônico da Praça Frei Caetano Brandão (Largo da Sé); Antigo Hospital Militar (Casa das Onze Janelas)
1967	Lei Estadual nº 6.307 de 03 de abril de 1967, que limita a área da Cidade Velha para sua preservação histórica e dá outras providências.
1974	Tombamento do Palácio Lauro Sodré
1994	Lei Municipal de Delimitação do “Centro Histórico de Belém”. (Cidade Velha e Campina) – PMB
2007	Tombamento do Acervo do Museu de Arte Sacra
2011	Tombamento de 3 mil edificações nos bairros da Cidade Velha e Campina pelo IPHAN-PA

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Figueiredo (2010) e Belém (1994).

No âmbito das políticas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural do bairro, existem dispositivos legais, bem como programas e projetos das três esferas do Estado brasileiro (federal, estadual e municipal). Esse fato ora contribui com o objetivo de valorização dos bens patrimoniais, ora gera conflitos político-territoriais, pela superposição e contradições nas concepções e nas estratégias diferenciadas por parte dessas políticas.

A Lei Orgânica do Município (BELÉM, 1990), em seu Artigo. 169, estabelece que

[o] Poder Público Municipal promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotando uma política que

proporcione amplas condições para o incremento do setor, compatibilizando a exploração dos recursos turísticos com a preservação dos ecossistemas e com a proteção do patrimônio ecológico e histórico-cultural do Município [...]

Então, se por um lado a legislação do município, como também em Belém (2010b), prevê a utilização do Centro Histórico de Belém pelo turismo, de outro, os programas municipais (BELÉM, 1998; s/d) e estaduais (PARÁ, 1971; 2001) para o turismo também apontam para o uso turístico do patrimônio cultural urbano como contribuição ao desenvolvimento do turismo na cidade.

Ainda que haja essa diversidade de instrumentos legais que garantem uma proteção legal de áreas da Cidade Velha, diversos espaços públicos e edificações não recebem ação pública para a efetiva proteção e preservação do patrimônio edificado. Como esse exemplo desse caso, temos na Foto 2, uma edificação em processo de deterioração e ameaçada pela ausência de uma intervenção física.



Foto 4: Edificação localizada na rua Joaquim Távora. Exemplifica a situação de vários outros prédios que são protegidos pelo Estado legalmente, por estarem na área patrimonializada do Centro histórico de Belém, mas que efetivamente não tem recebido o cuidado necessária para a sua proteção e preservação.

Fonte: Castro, 2011.

Também notamos que há a tendência de diversos órgãos estatais ocuparem prédios protegidos por leis referentes ao patrimônio cultural (Foto 3), o que causa, na maioria dessas situações, além da refuncionalização, mudanças nos aspectos físicos desses objetos espaciais. Essas ações tem se justificado como alternativa de preservar os objetos espaciais que fazem parte do patrimônio cultural da cidade e se apresenta como um maneira de destinar um uso a esses espaços, garantindo-lhes o cuidado necessário a sua preservação.



Foto 4: Casa do Advogado Dr. Clovis Malcher, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Localizada no Largo de São João, a casa funciona em uma edificação restaurada e inaugurada pela OAB no dia 17 de setembro de 2008.
Fonte: Castro, 2011.

Nesse contexto, o bairro Cidade Velha passa a receber ações para a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a dinamização de novas atividades econômicas e de lazer, que contribuem para o desenvolvimento de atividades turísticas no bairro.

Em 1998 é inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”, que fez intervenções na Igreja de Santo Alexandre e no antigo Palácio Episcopal, onde passou a funcionar o Museu de Arte Sacra do Pará. Esse projeto refere-se à reordenamento de uma área de aproximadamente 50.000 m², realizada pelo Governo do Estado do Pará no núcleo histórico de fundação da cidade de Belém, no bairro Cidade Velha. A segunda etapa promoveu a restauração de oito edificações

situadas na Rua Padre Champagnat, anexas à Igreja, desapropriadas e restauradas. A terceira etapa compreendeu a renovação do Forte do Castelo, onde passou a funcionar o Museu do Forte. Na quarta e última etapa revitalizaram-se a Casa das Onze Janelas (antiga residência e Hospital Militar) e seus anexos, jardins e entorno imediato (TRINDADE JR. e AMARAL, 2006).

Para Britto (2009), trata-se da invenção de um “território urbano requalificado”, composto por monumentos históricos que foram restaurados e convertidos em edificações musealizadas, formando um Núcleo Cultural no bairro da Cidade Velha, ressaltando a relevância histórica desse espaço para Belém e para o Pará, por ser essa área o “núcleo fundador” da cidade.

O Parque Ecológico “Mangal das Garças” foi outro projeto implementado pelo governo do Estado, resultado da reconfiguração de uma área de 40.000 m², inaugurado em 2005. Ambos os projetos possibilitaram e incentivaram a apropriação desses espaços por organizações da iniciativa privada, visando à dinamização econômica dessas áreas, atendendo a uma parcela da sociedade local e certos perfis de turistas.

O bairro (e outras partes da cidade) recebeu da PARATUR, em 2008, segundo entrevistas realizadas nesse órgão, a implantação da sinalização turística (Foto 4), obedecendo aos padrões internacionais para isso. Essa ação (juntamente com outras) marca fisicamente o processo de turistificação dos espaços. É a indicação aos visitantes de quais espaços são adequados para que ocorram as atividades de visitas turísticas.



Foto 5: Placa de sinalização turística, instalada na Rua Tomázia Perdigão. Indica as atrações turísticas presentes na Cidade Velha. Os espaços indicados na placa coincidem com as recentes intervenções estatais de refuncionalização no bairro e com o que é predominante na política de publicidade turística da cidade e do bairro.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Esses espaços são os que predominantemente são divulgados na política pública de promoção turística de Belém, pelos governos municipal, estadual e federal (Figuras 2 e 3).

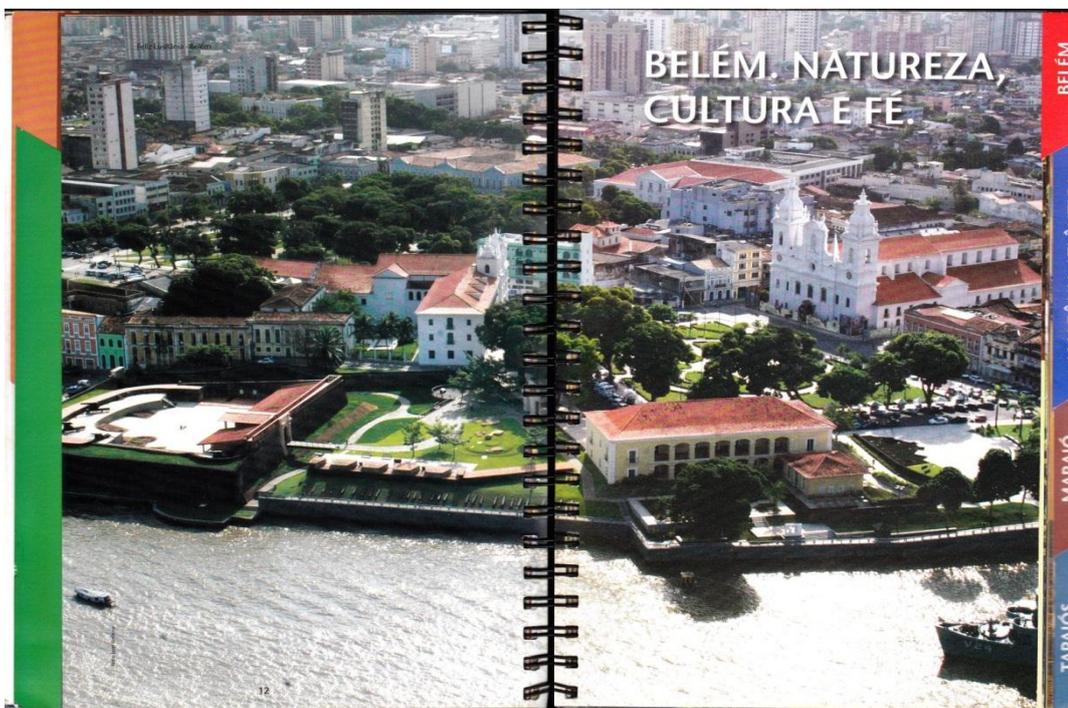


Figura 2: Página de catálogo de promoção do estado do Pará, distribuído em feiras nacionais e internacionais, principalmente para agentes que operam no mercado turístico. Ao divulgar a cidade de Belém, é dado grande destaque para o Complexo Feliz Lusitânia, muitas vezes divulgado como sinônimo reduzido do Centro Histórico de Belém.

Fonte: PARATUR, 2010.

www.turismobrasil.gov.br/promocional/destinos/B/Belem_html

Atrações Gastronomia Artesanato Informações

Museu Sacro
Anexo à Igreja de Santo Alexandre, com um dos mais importantes acervos de arte sacra do país. Endereço: Praça Frei Caetano Brandão, s/n. Horário de Funcionamento: de Terça a Domingo das 10h às 18h.

Theatro da Paz
Um dos mais belos do país, palco do Festival de Ópera do Pará. Com linhas neoclássicas, foi inaugurado em 1878. Mais um testemunho da opulência vivida no Ciclo da Borracha. Endereço: Rua da Paz, s/n. Horário de visitação monitorada: Terça a Sexta, das 9h às 13h; às quartas a visitação é gratuita; sábados das 9h às 12h.

 **Mangal das Garças**
Espaço que pertencia à Marinha foi transformado em Parque, com borboletário, jardins, píer, museu e restaurante. Endereço: Pass. Carneiro da Rocha, s/n (ao lado do Arsenal da Marinha). Horário de Funcionamento: Terça a Domingo. Visitação dos espaços monitorados das 9h às 18h. Entrada franca para o Parque, exceto nos espaços com visitação monitorada.

 **Casa das Onze Janelas**
Construção de um barão de açúcar do séc. XVIII, hoje abriga o Museu de Arte Moderna. Endereço: Praça Frei Caetano Brandão, s/n. Horário de Funcionamento: de Terça a Domingo, das 10h às 18h.

Figura 3: Website do Ministério do Turismo, divulgando Belém como destino turístico. No item “atrações”, dos quatro espaços divulgados, três estão na Cidade velha. Destes, todos foram espaços que receberam projetos recentes de refuncionalização.

Fonte: MTUR, 2012)

Na atualidade, o bairro é contemplado por dois programas do governo federal brasileiro, que visam à preservação do patrimônio cultural no bairro. Um deles é o Programa Monumenta, criado em 1997 (mas somente efetivado em 2000), sob responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa objetiva o financiamento de obras de restauração e reforma de imóveis privados, localizados em áreas protegidas legalmente, como é o caso do bairro Cidade Velha (BRASIL, 2011)

Além disso, o bairro, como parte do Centro Histórico de Belém, está contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, criado em 2009 e também sob gestão do MinC. Esse programa visa ações mais amplas de melhorias na qualidade das estruturas e dos serviços urbanos, nas cidades que apresentam aspectos importantes para a história e para a cultura do Brasil, de acordo com definições dessas instituições. Vale ressaltar que essas políticas, bem como os agentes da iniciativa privada relacionados a elas, vêem o turismo como uma atividade que possibilita ganhos econômicos com a preservação e conservação desses bens patrimoniais.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição estatal, também tem atuado nos processos de patrimonialização e turistificação do bairro Cidade Velha, por meio de dois projetos de extensão: O Fórum Landi e o Roteiros Geoturístico: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia (TAVARES, 2012; SERRA, 2011).

O primeiro, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade, tem o objetivo de realizar pesquisas e propostas de intervenções nas edificações projetadas pelo arquiteto Antônio Landi, presentes na Cidade Velha e em outros espaços de Belém. Esse projeto tem subsidiado ações de outros órgãos do Estado, bem como empresas privadas, a realizarem ações de restauro e preservação de prédios. Além disso, o projeto também elaborou um roteiro turístico pelas obras do arquiteto, e é ofertado por Guias de Turismo qualificado em cursos, que também fizeram parte do projeto.

O projeto Roteiros Geoturísticos é vinculado à Faculdade de Geografia da UFPA, e tem o objetivo principal de

Implementar ações voltadas para práticas de turismo histórico, cultural e patrimonial que propiciem resgatar a memória social e histórica da cidade Belém e do Distrito de Mosqueiro por parte da sociedade local, turistas e comunidade acadêmica, bem como fortalecer e formação dos profissionais de turismo, história e geografia e áreas afins, por meio da realização de oficinas, palestras e atividades práticas de campo. (UFPA, 2009, p. 07)

Esse projeto (Foto 5) tem sido um amplo espaço de debates sobre modos de realização do turismo, na Cidade Velha e em Belém, envolvendo agentes de outras instâncias do Estado, representantes dos moradores do bairro, agentes na iniciativa privada, etc. O projeto propõe a possibilidade de que moradores e visitantes de Belém tenham contato com a diversidade cultural e espacial que o bairro possui.



Foto 5: Início do roteiro geoturísticos pela Cidade Velha, em frente ao Forte do Castelo.

Fonte: castro, 2011.

Os roteiros são guiados pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR/UFPA) e as informações fornecidas aos participantes incluem contextualizações históricas e geográficas, para ampliar as informações superficiais utilizadas por roteiros turísticos comerciais tradicionais. Além dos espaços turísticos do bairro comumente usados, os roteiros geoturísticos também permitem a visita a espaços que mostram muito da história socioespacial e da cultura atual do bairro, Exemplificam isso, observações à Alameda do Carmo (área com condições precárias de moradia), ao lado da Igreja do Carmo e a Feira do Açaí (Foto 6).

Esses espaços são considerados sem importância e esteticamente inapropriados a receberem visitação turística. Isso foi posto por agentes ligados à gestão pública municipal, empresários e profissionais do turismo. Tais espaços estão fora da noção do “belo”, não representam uma parte da história nem da vida cotidiana atual do bairro que interessaria ao turismo. Todavia, a realização dos roteiros mostraram que tanto os visitantes, quanto moradores da cidade passam a considerar relevantes tais espaços, a partir do momento que lhes são fornecidas informações que contextualizem esses espaços.



Fotos 7: Participantes do roteiro geoturísticos na Feira do Açaí. Nesse momento do roteiro é explicada e visualizada a dinâmica de entreposto comercial que tem essa área, mas também são apresentados aspectos culturais do consumo do açaí, já que a cidade é abastecida desse produto por este porto.

Fonte: Costa, 2011.

Portanto, a atuação do Estado dá-se de modo contraditório e em diversas vertentes, inclusive obedecendo a diversos interesses e objetivos. Notamos que há um cenário propício a discussões sobre esses modelos de ações e suas consequências.

4.2 PATRIMONIALIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E MERCADO

Para entender a atuação dos agentes ligados diretamente e ativamente ao mercado capitalista, consideramos os diversos agentes, que de maneiras diferentes atuam como detentores de meios de produção, seja organizados em empresas formais do circuito superior da economia urbana, ou os trabalhadores autônomos e informais, que forma o circuito inferior desse sistema econômico.

Na Cidade Velha, observamos que um dos modos de atuação, relativo a intervenções diretas no patrimônio cultural, por parte de grandes empresas é o financiamento de reformas nos aspectos estéticos de edificações do bairro. Dois projetos exemplificam esse fato: “Tudo de cor para você” e “Restauro da Igreja Nossa Senhora do Carmo”.

O primeiro corresponde ao principal projeto socioambiental no Brasil da multinacional holandesa AkzoNobel (ABOUT, 2012), à qual a empresa de produção e comercialização de tintas Coral pertence. O projeto foi aprovado e autorizado pela FUMBEL e recebeu apoio da CiViva. Segundo a Coral, “a iniciativa, que por meio das cores promove a alegria e aumenta a autoestima da população, costuma criar uma grande onda de pintura por onde passa, estimulando a vizinhança a cuidar do seu próprio patrimônio” (PROJETO...,2012).

Percebemos que projetos dessa natureza estão ligados a concepções de intervenções meramente paisagísticas das edificações que fazem parte do patrimônio cultural oficializado, que resulta na construção de cenários, que muito servem ao turismo, onde se pode perceber o uso de cores fortes, típicas em Centros Históricos usadas também pelo turismo.

O projeto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Carmo será financiado pela mineradora Vale, sob a coordenação da Arquidiocese de Belém. O

projeto foi elaborado pelo IPHAN-Pará, em 2004, e contará com um patrocínio de mais de R\$ 4 milhões da Vale (CAVALCANTE, 2012), por meio da Lei Rouanet (BRASIL, 1991), do Governo Federal, que estabelecer o Programa Nacional de Apoio a Cultura.

Podemos perceber que essas empresas, que movimentam grande capital, atuando inclusive no mercado transnacional, empenham-se em ações que promovem elementos (principalmente materiais) do patrimônio cultural da cidade, com interesses adjacentes de ganhos financeiros por meio de incentivos fiscais, e/ou ganhos em valorização de sua marca perante a sociedade, uma vez que passam a estar relacionadas a ações de valorização e apoio a promoção do patrimônio cultural. Portanto, essas ações são estratégicas para os princípios de marketing empresarial dessas instituições.

Por outro lado, as ações de patrimonialização empreendidas pelo Estado subsidiam a instalação e o desenvolvimento das atividades mercadológicas nas áreas patrimonializadas. Uma prática comum, observada nos projetos Feliz Lusitânia e Parque Mangal das Garças, é a sessão de espaços refuncionalizados pelo Estado para a instalação de restaurantes de alto padrão. Nesses espaços funcionam, respectivamente, o Boteco das Onze e o Manjar das Garças.

Após a finalização das ações de restauro da Catedral de Belém, localizada no Complexo Feliz Lusitânia, em 2009, ocorreu a instalação de uma loja de *souvenir* no interior desse templo, com venda de objetos religiosos, mas também com produtos destinados à visitantes externos à cidade, com frases do tipo “lembrança de Belém”, “fui em Belém e lembrei de você”, etc., adaptando-se à demanda de turistas que, segundo uma funcionária da loja, são frequentes nessa igreja.

As observações em campo nos permitiram observar também o processo de refuncionalização de prédios para a instalação de empresas de entretenimento, que ofertam festas privadas, tais como Açai Biruta (que a partir de 2012 passou a funcionar onde era o Mandala, empresa do mesmo ramo), Mormaço, Palafita (Foto 7) e Porto Palmeiraço. O gerente de uma dessas empresas explicou-nos que esses espaços são frequentados predominantemente por jovens, da Região Metropolitana de Belém, mas que também é possível notar a presença de turistas, especialmente quando está sendo realizado algum evento na cidade.



Foto 8: Fachada do prédio onde funciona o Restaurante Palafita, localizado na Rua Siqueira Mendes (antiga Rua do Norte), nas proximidades do Complexo Feliz Lusitânia. Esse espaço é uma das empresas de entretenimento, que ofertam, além do serviço de gastronomia, festas que atendem moradores da cidade e visitantes.

Fonte: Castro, 2011.

Observamos também a apropriação dos espaços patrimonializados, em especial aqueles que receberam ações estatais recentes no bairro, por empresas que prestam serviços para visitas turísticas, ilustrada pelo anúncio promocional da Figura 4, que segue.

City Tour em Belém





Passeio pela capital paraense e seus principais pontos turísticos: Basílica de Nazaré, Estação das Docas, Ver-o-peso, Complexo Feliz Lusitânia (Cidade Velha) e Pólo Joalheiro (Fundação São José Liberto).

Duração: 3 horas
Saídas: Terça a Domingo
Horário(s): 09h ou 14h
Mínimo de 2 pessoa(s)
Preço por pessoa: ~~R\$ 60,00~~

[Voltar >>](#)

[Quero informações](#)

[Indique para um amigo](#)

Figura 4: Anúncio na Internet ofertando serviço de passeio turístico pela cidade de Belém. O serviço inclui uma visita à Cidade velha restrita ao Complexo Feliz Lusitânia, núcleo urbano que representa o início da construção da cidade de Belém, excluindo a possibilidade de o turista conhecer, por meio desse *citytour*, a diversidade de elementos do patrimônio cultural presente no bairro (e a própria diversidade de espaços e de cultura que o bairro possui). Predomina em Belém a oferta desse tipo de serviço, basicamente com o mesmo conteúdo, pelas agências de turismo da cidade.

Fonte: Valeverde Turismo, 2012.

Nos espaços patrimonializados e turistificados da Cidade Velha, observamos que alguns serviços também são prestados por trabalhadores autônomos (no sentido de atuarem no mercado sem a venda de sua força de trabalho a outros), não formalizados, mas que estão muito presentes nesses espaços. Esse é o caso de vendedores de alimentos, bebidas, brinquedos, souvenir, e também reparadores de carro, entre outros.

Não existe uma organização institucional que represente o conjunto desses trabalhadores (associações, cooperativas, etc.). Segundo um desses trabalhadores, eles instalam-se e atuam às proximidades dos espaços patrimonializados por que há um fluxo de pessoas que utilizam tais espaços para atividades de lazer, e que, portanto, são possíveis consumidores de seus produtos e serviços ofertados.

Então, podemos perceber que os processos de patrimonialização e turistificação de espaços do bairro também implicaram uma apropriação heterogênea por agentes dos diferentes circuitos da economia urbana.

4.3 A COMUNIDADE DO BAIRRO: CONTRIBUIÇÕES E RESISTÊNCIAS À PATRIMONIALIZAÇÃO E À TURISTIFICAÇÃO

Nossa compreensão do modo como as pessoas que vivem no bairro atuam nos processo de patrimonialização e turistificação partiu, principalmente, dos contatos com as duas associações de moradores existentes no bairro e de nossa participação em reuniões envolvendo esses moradores. Notamos que as associações atuam de modo diferente e com quase sem articulação nenhuma entre si.

O diretor de cultura da Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha explicou que essa instituição tem a participação de moradores de toda a extensão do bairro, mas que essa participação é pequena. Esse agente informou-nos, ainda, que a associação atua principalmente na valorização da cultura popular que existe no bairro, apoiando a realização de eventos ligados à manifestação dessa cultura.

Um ponto bastante ressaltado pelo representante daquela associação foi o fato de a instituição, nem os moradores, serem consultados ou considerados nos projetos estatais de intervenção no bairro. Apenas os projetos ligados à universidade aproximaram-se dos moradores e, de algum modo, consideraram suas demandas.

A presidente da Associação Cidade Velha, Cidade Viva explicou que essa organização atua predominantemente na Cidade Velha patrimonial (de acordo com a subdivisão proposta neste trabalho), alegando que a parte do bairro que compõe a periferia deste núcleo possui uma dinâmica socioespacial e não possui elementos patrimoniais históricos tão importantes (e antigos) quanto as do núcleo inicial da cidade.

Observamos que as duas associações possuem poucos moradores oficialmente associados. Ambos representantes das organizações justificam tal fato pelo pouco interesse dos moradores na organização política e representativa do

bairro, mas que são procurados quanto a assuntos particulares referentes a reclamações pontuais de alguns moradores.

Tal fato é importante para compreendermos que, se de um lado o Estado não possui práticas participativas na elaboração e implementação de projetos no espaço do bairro, de outro os moradores não possuem práticas de auto organização e participação em atividades coletivas que digam respeito a problemas e demandas do bairro, em sua totalidade e diversidade.

A ausência de cooperação entre as duas associações é assumida por seus representantes. Eles expuseram que a única situação recente que houve parceria entre as instituições foi para angariar recursos para a compra de cinco bicicletas, para atender um acordo com a Polícia Militar do Pará, que disponibilizou soldados para fazerem rondas no bairro.

Principalmente a representante da CiVviva expôs que os moradores possuem diversas reclamações quanto ao não cumprimento dos instrumentos legais que protegem o bairro e da ausência de fiscalização quanto a diversas infrações cometidas no bairro. Ela explica que o uso do bairro para realização de eventos públicos e festas privadas, em muitas situações, desrespeita o sossego dos moradores e contribui para problemas como a presença de lixo em espaços do bairro.

A mesma informante também disse que não há fiscalização, nem orientação técnica aos moradores quanto às obras de reformas das casas protegidas legalmente, o que tem causado inúmeras descaracterizações estéticas de prédios, quanto aos seus estilos originais. Outro problema apontado por ela foi o estacionamento irregular de veículos (Foto 8), que é muito comum no bairro, pelo fato de, principalmente na parte patrimonial, muitas residências terem sido construídas sem espaço para garagem. Esse problema, conforme nossas observações, é agravado quando da realização de eventos culturais no bairro. A presidente da CiVviva explica que tal problema prejudica o deslocamento pelas calçadas do bairro, especialmente por parte da população idosa que vive nessa área.



Foto 9: Exemplo de estacionamento irregular de carro em uma rua do bairro. Essa prática é comum, principalmente pelo fato de diversas residências terem sido construídas sem garagem. Além disso, é quase quase inexistente espaços públicos para estacionamento no interior do bairro.

Fonte: Castro, 2011.

Diante desses problemas, a CiVViva desenvolveu uma ação intitulada “Multa Moral” (Figura 5) que consiste na distribuição de uma notificação da associação a pessoas que cometerem alguma infração legal, considerando a legislação urbana, principalmente o Código de Postura do município e os instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural da cidade. A notificação, sem caráter legal fiscalizatório, identifica a infração que está sendo cometida e indica maneiras de punições que podem ser pagas voluntariamente por conta do erro cometido.

Tal ação é justificada pela ausência do Estado, por meio de seus de seu arranjo institucional, em fiscalizar a aplicação da legislação que regeria o uso do espaço urbano pelos diversos agentes sociais que produzem esse espaço.

MULTA MORAL

Muito bonito, hein...?
 Você está se aproveitando da ineficiência da
 fiscalização para violar o direito dos outros
 cidadãos.

INFRAÇÃO

Obstruir o passeio público
 Estacionar sobre a calçada
 Sujar o bairro
 Destruir o patrimônio público
 Poluição sonora
 Lixo fora do horário
 Outros: _____

Sinta-se obrigado a doar R\$ 50,00 para uma
 Instituição de Caridade.

Prometa nunca mais repetir esse tipo de
 atitude no bairro da Cidade Velha e em
 nenhum outro!

Associação Cidade Velha-Cidade Viva
<http://civviva-cidadevelha-cidadeviva.blogspot.com>

"Seja a mudança que você quer para o mundo".
 (Mahatma Gandhi)

Figura 5: Notificação de “Multa Moral”. Aplicada pela CiVviva, tem sido uma maneira de conscientizar os usuários do bairro (moradores ou não) do cuidado e respeito necessário pelo espaço do bairro, considerando, inclusive, a legislação existente.
Fonte: CiVviva, 2012.

No bairro também existe uma cooperativa de taxistas e não encontramos algum tipo de organização representativa de outros setores que atuam no bairro. Ao entrevistarmos um membro dessa cooperativa, percebemos que há certo desconhecimento sobre as implicações de a Cidade Velha ser uma área protegida, enquanto patrimônio cultural e, segundo nosso informante, a grande maioria dos trabalhadores do bairro não moram ali.

Notamos também que a Igreja (especialmente Católica) influencia a dinâmica espacial da parte patrimonial do bairro, no que se diz respeito ao uso

cultural e turístico de templos e áreas próximas a estes. A realização de eventos em áreas próximas a templos católicos, a visitação e intervenções de preservação física destes são realizadas mediante a ciência e autorização prévia da administração da Arquidiocese de Belém.

4.4 OS EVENTOS CULTURAIS NO BAIRRO

O bairro Cidade Velha, sendo parte do Centro Histórico de Belém, contém muito dos elementos do patrimônio cultural oficializado da cidade, diversos eventos culturais são promovidos e realizados neste bairro. Tal fato é exemplificado pelo “Auto do Círio”, projeto de extensão da UFPA, realizado na sexta-feira que antecede a procissão principal do Círio de Nazaré. Este evento é um cortejo teatral dramático que tem como objetivo apresentar uma releitura do próprio Círio, ressaltando manifestações profanas, relacionando-os com a cultura paraense e a religiosidade, utilizando-se de sátiras e elementos carnavalescos. Outras programações realizadas nesse bairro são o Festival de Verão, a Seresta do Carmo, o Arrastão do Peixe Boi e o Auto de Natal, que ocorrem ao longo do ano.

Para entender melhor a dinâmica de promoção e realização de eventos culturais na Cidade Velha, nos aprofundamos em informações coletadas a partir de observações em campo e entrevista com um produtor cultural, focando nas atividades relacionadas ao carnaval. Neste contexto, observamos diversas manifestações ligadas ao carnaval, como os blocos de rua, inclusive aqueles que acontecem tanto na Cidade Velha patrimonial, quanto na Cidade Velha periférica.

Levantamos, mais especificamente, informações sobre o bloco Fofó de Belém, o qual tem cerca de 20 anos e foi inspirado em um antigo bloco existente no bairro, chamado Afoxé do Guarda-Chuva. Estas informações foram dadas pelo organizador dessa manifestação, que teve sua carreira de artista iniciada no bairro. O mesmo explicou que o seu objetivo principal é exhibir-se enquanto artista, no entanto, tem consciência de que, “cria um conceito” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012) de continuação de manifestações ligadas ao carnaval, como as marchinhas, a caranga, uso de máscaras, blocos de rua, que

estão na memória afetiva, e se misturam com práticas culturais mais recentes (Foto 9).

Além disso, essas manifestações recebem apoio do Estado por meio de projetos de incentivo à cultura e outros tipos de financiamento como de empresas privadas e doação de amigos, sendo que a organização prima pela gratuidade e livre acesso de todos ao evento. Ainda que existam esses incentivos estatais, há também uma competição entre o Estado e os produtores culturais a respeito do destino dos investimentos. Segundo o mesmo organizador, alguns artistas, que estão intimamente relacionados aos órgãos públicos, investem em suas próprias carreiras e em grupos próximos, sem uma divisão democrática.



Foto 10: Participantes do bloco carnavalesco de rua Fofó de Belém, concentrados na Praça do Carmo. Pode ser notada a presença de barracas padronizadas, disponibilizada por empresa patrocinadora do evento.

Fonte: Castro, 2011.

Quando indagado a respeito do planejamento do evento, o entrevistado explicou que é uma “organização desorganizada, pra não perder a coisa anárquica, a coisa divertida” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012) e que não há preocupação específica com o turismo e com os turistas, pois, na sua

visão, “onde está o turismo, acabam com tudo, a gente acaba... o turista leva tudo” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012). A visão negativa de possíveis efeitos do turismo, portanto, provoca certa rejeição em pensar o evento para o turismo, o que não impede a presença de turistas (com base na observação de campo) no referido evento.

Dentre os eventos culturais realizados na Cidade Velha, aqueles relacionados ao carnaval são os que, de que acordo com nossas observações, geram mais conflitos no bairro. De um lado, uma quantidade grande de pessoas lotam ruas do bairro (Foto 10), tanto na parte oficialmente patrimonializada, quanto na parte de ocupação mais recente, em eventos organizados por moradores da área e promotores culturais externos (quanto à moradia) ao bairro. Por outro lado, parte dos moradores é contra esses eventos (ou o modo como eles acontecem), atuando, inclusive, para impedir sua realização.



Foto 11: Fófó de Belém passando pela rua Dr. Assis. Tal evento é realizado aos domingos que antecedem a semana do carnaval, e atrai um grande número de pessoas às ruas da Cidade Velha.

Fonte: Castro, 2011.

Essas situações, inclusive, motivam mais a participação dos moradores junto às organizações que os representam no bairro, do que as discussões, nessas mesmas organizações, sobre projetos estatais que incidem sobre o espaço do bairro. Tal comparação é possível a partir de nossa participação em diferentes reuniões, principalmente da CiViva, onde a pauta sobre reivindicações de proibição dos eventos ligados ao carnaval atraiu mais moradores, com diferentes opiniões, do que, por exemplo, as reuniões sobre a proteção federal da área ou para elaboração de propostas para o bairro ao governo municipal.

A preservação do patrimônio parece não ser feita para todas as pessoas “falta fazer um trabalho para as pessoas terem o patrimônio como deles, fazer uma campanha para as pessoas terem uma relação de amor com todo o patrimônio” (Organizador do Bloco Carnavalesco Fofó de Belém. Entrevista concedida em 2012.). Essa ideia mostra-nos que a concepção comum de patrimônio cultural considera predominantemente os aspectos materiais da cultura.

4.5 “O OLHAR DO TURISTA”: O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURA

Parafraseando a obra de Urry (1996), com o mesmo título desta sessão, expomos aqui a visão dos turistas sobre o patrimônio cultural existente no bairro Cidade Velha, e a caracterização das atividades realizadas por esses agentes no bairro. Para isso, além de nossas observações em campo, foram entrevistados dez turistas, durante a realização do Auto do Círio. A maioria dos entrevistados era do Centro-Sul brasileiro e dois eram de países europeus, e também a maioria deles estavam em Belém em função das festas do Círio de Nazaré.

Nas entrevistas foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que os visitantes foram a Cidade Velha motivados pelo Auto do Círio, também havia o interesse em conhecer a área por ser o Centro Histórico de Belém e tinham previamente informações sobre esse espaço, inclusive que essa área é legalmente protegida. Todos disseram que estavam no bairro também pelo fato de serem indicados, predominantemente por familiares ou amigos que vivem em Belém, a conhecerem o bairro histórico, onde, segundo essas indicações, está presente importante elementos do patrimônio cultural da cidade, referindo-se principalmente

às edificações, que para eles corresponde a alguns atrativos turísticos citados: o forte, algumas igrejas e museus existentes na área.

É importante destacar essa referência, por parte dos turistas, ao patrimônio cultural da Cidade Velha como, principalmente, os objetos espaciais do bairro, em detrimento de citarem práticas culturais, como o próprio evento do Auto Círio e o cotidiano do bairro, suas festas, seus modos de vida, etc. Essa concepção também foi percebida no contato com outros agentes, ligados ao Estado, ao mercado e aos moradores do bairro. A abordagem espacial do patrimônio permite-nos, portanto, perceber que é a materialidade dos elementos patrimoniais que são ressaltadas, não havendo a devida relação com as práticas humanas que as constroem e são influenciadas por esses objetos.

As atividades realizadas pelos visitantes entrevistados, de modo geral, são visitas aos museus e igrejas do Complexo Feliz Lusitânia, alguns ao Parque Mangal, e em restaurantes e bares do bairro, muitos deles às margens do rio. Tais atividades são desenvolvidas, em geral, sem a mediação de agências ou guias de turismo. No entanto, em várias de nossas estadas no bairro, para as observações em campo, presenciamos grupos de turistas em visitas ao bairro por meio de passeios organizados por agências de turismo de cidade.

As práticas do turismo podem ser caracterizadas, portanto, com o uso de uma parte, uma amostra do espaço e sua cultura. Todos os entrevistados ressaltaram o interesse pelos aspectos patrimoniais das partes do bairro que são divulgadas como espaços turísticos. Todos deixaram explícitos o fato de não terem conhecido espaços do bairro, diferente daqueles incluídos em pacotes turísticos, ou indicados por agentes do turismo.

Ao registrar a importância dos espaços ligados ao patrimônio cultural, situados na Cidade Velha, a grande maioria dos visitantes entrevistados também aponta uma impressão de descuido com várias edificações, que, segundo eles, estão deteriorados. Além disso, apontam como problemática a falta de limpeza dos espaços públicos do bairro e da cidade (nas partes onde estiveram).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural urbano é composto por elementos da história e das culturas da cidade que são considerados importantes e que devem receber ações de preservação. Esses elementos apresentam forte relação com o espaço geográfico, pois, na perspectiva imaterial, a cultura possui sua espacialidade, que é por ela construída, ao mesmo tempo em que dialeticamente a influencia.

Assim, a ideia comum de patrimônio urbano está vinculada à concepção de que existem partes da cidade (bairros, espaços públicos, etc.) ou objetos espaciais (edificações, monumentos públicos, estátuas, etc.) que são considerados especiais, valorosos por representarem aspectos importantes da história e da sociedade que nela vive.

Portanto, o patrimônio cultural urbano não é algo dado *a priori*, constituído por elementos culturais dados no espaço, mas sim uma decisão coletiva sobre o que sobre o que preservar na memória coletiva e o que afastar dessas lembranças, que fatos históricos e que elementos da cultura valorizar, e quais desses serão considerados menores ou irrelevantes em relação à cidade.

O processo de patrimonialização corresponde àquela decisão, seguida por uma série de ações para consolidação dos elementos escolhidos para compor tal patrimônio. Esse processo tem contribuído consideravelmente para a produção do espaço urbano das cidades, no contexto das mudanças de configuração desse espaço.

Ao analisarmos esse processo no bairro Cidade Velha, em Belém, percebemos que ele está ligado principalmente à expansão da cidade e sua integração com outros lugares por meio de rodovias. O processo de patrimonialização dessa área ocorre, em parte, por meio de sua refuncionalização.

Além de ser o núcleo onde inicia o processo de urbanização de Belém, a Cidade Velha foi o centro da cidade durante o período de colonização portuguesa e de dinamização econômica da região, no auge da extração da borracha na Amazônia, existindo ali as edificações que marcavam a presença da Igreja, do controle político e da moradia das classes abastadas daquelas épocas, além da presença de indústrias e portos, em função da dinâmica de transporte de ligação da

cidade com outras áreas da região, feitas exclusivamente através dos rios (até a construção de rodovias na região).

Com a expansão da cidade, ocorrem mudanças nessa função da Cidade Velha, que passa a ser considerada o Centro Histórico de Belém, a partir do surgimento de novos centros urbanos na cidade, com a função de centralidade política, econômica e de dinamização da produção da cidade. Templos importantes da Igreja, instituições ligadas à administração dos governos e as residências da elite da cidade passam a ser instaladas nesses novos centros, e aquele bairro passa a ser considerado importante pelo que representa da história da cidade.

Na hierarquia do patrimônio cultural, de Belém, a Cidade Velha, junto com o bairro da Campina (que formam oficialmente o Centro Histórico de Belém), são superiores diante de outros bairros, como se estes contasse uma parte mais especial da história da cidade e parte do bairro (o que se refere ao período colonial) é superior diante do restante do bairro (portanto, também é a área mais interessada do ponto de vista do turismo).

Por outro lado, também a permanências nessa área, que ainda hoje possui portos utilizados pela população da cidade e por pessoas vindas de outras cidades, em especial das regiões do baixo Tocantins e do Arquipélago do Marajó. Algumas indústrias (como a fábrica de refrigerantes Soberano) ainda estão instaladas no bairro e escoam sua produção por vias fluviais. Famílias “tradicionais” da cidade ainda possuem imóveis no bairro. A Catedral de Belém ainda está localizada nessa área.

Portanto, não se pode falar de uma completa e total refuncionalização do bairro Cidade Velha, como decorrência do processo de patrimonialização que contribui para a produção do espaço do bairro, mas sim da coexistência de mudanças e permanências de dinâmicas socioespaciais no bairro. E com, essa pesquisa, foi possível observar que processo de patrimonialização, ligada à produção do espaço da Cidade Velha, tem como agentes o Estado, o mercado, a comunidade do bairro e movimentos culturais.

O Estado, por meio de seu arranjo de instituições públicas, vem elaborando instrumentos legais de proteção, valorização e regulação do bairro, oficializando sua função socioespacial de patrimônio cultural de Belém, em níveis

municipal, estadual e nacional. No entanto, essa proteção coexiste com a negligência do poder público do cuidado necessário para a manutenção, em especial da materialidade, desse espaço.

Mas é possível observar projetos pontuais de intervenção para restauro e refuncionalização de fragmentos do espaço da Cidade Velha (como a implantação do projeto Feliz Lusitânia, as reformas do palacete Pinho, da Catedral de Belém, e outras edificações). Também observamos o apoio estatal à eventos culturais e a projetos de educação patrimonial.

A iniciativa privada (de grandes empresas e de agentes do circuito inferior da economia) atuam na oferta de produtos e serviços relacionados com a presença de visitantes e moradores da cidade presentes no bairro para atividades de lazer e uso dos bens patrimonializados (como a instalação de restaurantes de alta gastronomia, lojas de souvenir e vendedores ambulantes de alimentos e bebidas). Também existem ações de reforma a prédios legalmente protegidos, financiadas por empresas privadas.

A comunidade, em algumas situações, reclama o fato de habitarem prédios oficialmente patrimonializados, pois tal fato restringe seu poder de executar mudanças nas estruturas físicas de suas casas, mas, em outras ações, objetivam a proteção e a preservação de elementos do patrimônio cultural presente no bairro. Subgrupos da comunidade do bairro colaboram com a realização de eventos e outras ações dos movimentos culturais externos ao bairro, que defendem sua preservação e seu uso para a cultura e a arte da cidade, enquanto outros subgrupos atuam contra algumas ações de tal movimento.

Todos esses grupos de agentes atuam de maneira desigual e contraditória no processo de patrimonialização, existindo constantes conflitos tanto na escolha dos elementos considerados patrimônio, quanto nos modos de ação para a valorização e preservação desse patrimônio. Por isso, existe de fato múltiplos processo de patrimonialização, e observamos que, em vários aspectos esse processo relacionam-se com o processo

O patrimônio também é pensado como algo que deve ser exibido ao visitante, como uma amostra de referências culturais e históricas da cidade. Esse

princípio está presente, principalmente, nas estratégias estatais de apropriação do espaço.

Identificamos que no processo de turistificação atual o Estado, o mercado, a comunidade e os turistas. O primeiro prevê o uso turístico do patrimônio na legislação de proteção dos elementos culturais patrimonializados e incentiva tal uso nos programas específicos para o desenvolvimento do turismo. A parte os órgão específicos para cultura e turismo, a universidade também contribui a esse processo, com proposição de modos de realizar atividades turísticas no bairro.

Agentes do mercado turísticos, como as agências de turismo, oferecem serviços para a utilização de espaços patrimonializados do bairro e agentes do circuito inferior da economia urbana inserem-se na dinamização econômica, ainda que algumas vezes de modo precário, para participar dos ganhos financeiros que atividades comerciais ligados ao turismo podem gerar.

A comunidade não demonstrou resistências especificamente ao turismo, mas alguns moradores são contra a realização de eventos culturais que trazem grande número de pessoas, inclusive turistas, e causam problemas, como barulho, lixo, na ruas do bairro.

Os turistas usam apenas pontos do bairro, especialmente àqueles que receberam intervenções recentes do Estado, que são divulgados na política de publicidade turística e incluídos nos serviços das empresas turísticas. Esses agentes, de modo geral, não demonstra interesse em conhecer aspectos do bairro que não estejam naqueles espaços mais fortemente turistificados.

Existem contradições no modo de atuação de todos os subgrupos de agentes da produção do espaço. Nenhum grupo de agente age de maneira homogênea, o que não quer dizer que não haja modos de atuação predominantes (hegemônicos) – fruto da diversidade de individualidades, de multiterritorialização. Da complexidade desses processos.

A pretensa unificação indenitária por interesses e tradições comuns do patrimônio cultural é relativa, nesse estudo, pois os diversos conflitos territoriais observados no espaço patrimonializado do bairro Cidade Velha demonstra que, pela perspectiva do patrimônio, se grupos sociais são unidos, há também muita

divergência quanto ao que deve ser patrimonializado e mais ainda sobre o modo como esse patrimônio deve ser apropriado e usado.

O princípio da dinâmica da produção do espaço indica que o espaço do bairro da Cidade Velha não tenha sido aqui apresentado como pronto ou estático, mas o estudo faz uma interrupção num processo que ainda pode ser observado, e novas ações e novos objetos farão parte do futuro e do presente desse bairro.-

REFERÊNCIAS

ABOUT Akzonobel. Disponível em: <<http://www.akzonobel.com/aboutus/index.aspx>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

ANDRADE, Marcela. **Políticas públicas e espaço urbano: diversos contextos da Praça do Carmo**. 2008. Monografia (Especialização em Cidades Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ANDRADE, Terence; TAVARES, Maria Goretti. O projeto de integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares. **Confin**s, Paris, v. 14, p. 1-1, mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: apresentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 2003.

BELÉM. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. Belém: SEMAJ, 1990.

BELÉM. **Plano Municipal de Turismo**. Versão preliminar. Belém: BELEMTUR, 1998.

BELÉM. **Programa Turismo Belém 14**. 14 diretrizes para o desenvolvimento de Belém através do turismo. Belém: BELEMTUR, [s/d].

BELÉM. Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/legislacao_belem/lei_7709_bel.htm>. Acesso em: 23 jan 2010a.

BELÉM. Lei n. 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Belém. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/planodiretor/>. Acesso em: 23 jan 2010b.

BELÉM. Lei n. 7.806, de 30 de julho de 1996. Delimita as áreas que compõem os Bairros de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/leis/lei_bairros.pdf>. Acesso em: 10 nov 2011.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, Maria Teresa; OLIVEIRA, Melissa (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.

BHANDARI, Kalyan. Touristification of cultural resources: a case study of Robert Burns. **Tourism: an international interdisciplinary journal**, v. 56, n. 3, p. 283-293, nov. 2008.

BRASIL. Lei n.8.313, de 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991.

BRASIL. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <>. Acesso em: 23 jan. 2010.

BRASIL. **Programa Monumenta**. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/>>. Acesso em: 14 mar 2011.

BRITTO, Rosângela. A invenção do patrimônio histórico musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 2, p. 118-119, jul. 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación (Org.). **Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999. p. 16-33.

CASTRO, Cleber. Patrimonialização e turistificação no bairro Cidade Velha, no Centro Histórico de Belém-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 9, 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEGE, 2011. p. 2901-2906.

CAVALCANTE, Yáskara. **Carmo ganha restauração**. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=248&codigo=604981>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001a.

CHOAY, Françoise. **The invention of the historic monument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b.

COIMBRA, Oswaldo. **A saga dos primeiros construtores de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

COIMBRA, Oswaldo (Org.). **Cidade Velha, cidade viva**. Belém: CiVViva, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SILVA, Sylvio. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Eduece, 2005.

CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amalia; ARROYO, Mónica, SILVEIRA, María Laura (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 367-378.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Dayseane. **Além da pedra e cal: a (re)construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000 – 2004)**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

COSTA, Maria Augusta. **Rede turística e organização espacial: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA**. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1993.

CRUZ, Rita. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, Rita. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2003.

FERREIRA, Arnaldo. Fortificações portuguesas na cartografia manuscrita do Brasil. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa**. Lisboa. v. 6. out. 2012.

FRATUCCI, Aguinaldo. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 309f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin; BRITTO, Rosângela; LIMA, Maria Dorotéia (Org.). **Pedra e alma: 30 anos do IPHAN no Pará**. Belém: IPHAN, 2010.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FIGUEIREDO, Silvio. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FOUCAULT, Michel. Projeto Filósofos Internacionais. [Eindhoven]: TU/e, nov. 1971. Entrevista concedida a Noam Chomsky. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HLDO3YakPk0>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

GARCÍA, José Luiz. De la cultura como patrimonio al patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. Madrid, v. 27, p. 9-20, 1998.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martim; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 459-468.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan/jun 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEFEBVRE, Henri. La production del espacio. **Sociologia**, [S.l.], n.3, p. 219-229, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian (Org.). **Na metrópole – textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIRANDA, Cybelle. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. 2006. 262f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NIGRO, Cintia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Teresa; OLIVEIRA, Melissa (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

OLIVEIRA, Petia. **Utopia possível na Cidade Velha, Belém**. 1998. 105f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, RJ, 1998.

PARÁ. **Condições do turismo no Pará**. Belém: IDESP, 1971.

PARÁ. **Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará**. Belém: PARATUR, 2001.

PAES, Maria Tereza. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PENTEADO, Antonio. **Belém: estudo de geografia urbana**. v. 2. UFPA, 1968

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. Madrid, v. 27, p. 63-76, 1998.

PROJETO revitaliza prédio histórico de Belém. Disponível em: <http://imoveis.diarioonline.com.br/noticia-int.php?not_id=191485>. Acesso em: 09 mar. 2012.

RIBEIRO, Willame. **Ordem de desordem do território turístico: a chegada do estrangeiro e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

ROCHA, Genylton; TAVARES, Maria Goretti. Ações de turistificação promovidas pelos planejadores territoriais em uma cidade amazônica: o caso de Belém/Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHERS. 2007, Lisboa. **Anais eletrônico...** Lisboa: ISCTE, 2007. Disponível em: <<http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=118&cf=3>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

RODRIGUES, Carmem. O bairro do Jurunas, à beira do rio Guamá. **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro. V. 1, n. 2, p. 143-156, jul/dez, 2008.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 15-24.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago. 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos espaciais da economia urbana. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle époque (1870-1912). Belém: Pakatatu, 2002.

SERRA, Hugo. A construção de roteiros geoturísticos no centro histórico de Belém-PA: o planejamento turístico urbano em bases alternativas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011. **Conferência...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SINCLAIR, M. Thea; STABLER, Mike. **Aspectos econômicos do turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

TAVARES, Maria Goretti. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.

TAVARES, Maria Goretti; et al. Roteiros geoturísticos em Belém, na Amazônia brasileira: uma experiência para um melhor conhecimento e difusão do patrimônio urbano. In: IGLESIAS, María Carolina. (Org.). **Patrimônio turístico en**

Iberoamérica: experiencias de investigación, desarrollo e innovación. Santiago: Ediciones Universidad Central de Chile, 2012, 395-403.

TEIXEIRA, Romeu (Org.). **Belém do Pará**. São Paulo: Hanburg, 1995.

TRINDADE JR, Saint-Clair; AMARAL, Márcio Douglas. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 111, p. 73-103, jan/dez. 2006.

TRINDADE JR, Saint-Clair. De volta ao rio: estratégias de gestão e (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE JR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia:** mudanças e permanências. Belém: Edufpa, 2008. p. 145-156.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RAEGA** – o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 1, n. 23, p. 340-375, 2011.

UFPA. **Roteiros Geoturísticos:** conhecendo o Centro Histórico de Belém, na Amazônia. Belém: IFCH, 2009.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

VALENTE, José. A História das Ruas de Belém. Belém: CEJUP, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os órgãos públicos de cultura (IPHAN/PA, SECULT, FUMBEL)



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1- Com base em concepção de patrimônio cultural a instituição desenvolve suas ações?
- 2 - Existe alguma parceria com a iniciativa privada para projetos na área do patrimônio?
- 3 - Quais os planos e as ações que a instituição possui na área do patrimônio? E quais contemplam (ou contemplaram) o bairro Cidade Velha?
- 4 - Existe a inserção de ações para o turismo nestes planos/ações?
- 5 - Existe a participação da população local o bairro elaboração desses planos ou ações? (Se sim, como?)
- 6 - Que espaços do bairro são atingidos por essas ações?
- 7- Você avalia que essas ações trazem benefícios para a população local do bairro?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os órgãos públicos de turismo (PARATUR, BELEMTUR)



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1 - Com base em concepção de turismo a instituição desenvolve suas ações?
- 2 - Existe alguma parceria com a iniciativa privada para projetos na área do turismo?
- 3 - Quais os planos e as ações que a instituição possui na área do turismo? E quais contemplam (ou contemplaram) o bairro Cidade Velha?
- 4 - Existe a inserção de ações ligadas ao patrimônio cultural nestes planos/ações?
- 5 - Existe a participação da população local na elaboração desses planos ou ações?
(Se sim, como?)
- 6 - Que espaços do bairro são atingidos por essas ações?
- 7 - Você avalia que essas ações trazem benefícios para a população local do bairro?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os agentes da comunidade do bairro
(CIVIVA, AMCV, COOPETAXI e Arquidiocese de Belém)



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1 - Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização?
- 2 - Existe alguma parceria com o Estado para projetos nas áreas do patrimônio cultural e do turismo?
- 3 - Existe alguma parceria com empresas privadas para esse tipo de projetos?
- 4 - Como você avalia as políticas públicas para o setor do patrimônio cultural, que contemplam o bairro Cidade Velha?
- 5 - Que espaços do bairro são utilizados para atividades turísticas?
- 6 - Você avalia que as atividades de turismo desenvolvidas no bairro Cidade Velha trazem benefícios para a população local do bairro?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com representante dos produtores culturais



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1 - Quais as principais atividades desenvolvidas no bairro Cidade Velha?
- 2 - Por que escolheu o bairro?
- 3 - Existe parceria com Estado?
- 4 - Existe parceria com a iniciativa privada?
- 5 - Como avalia a política para o patrimônio cultural que atinge o bairro?
- 6 - Como avalia a atividade turística desenvolvida no bairro?
- 7 - Existe a inserção da população local do bairro nas atividades desenvolvidas?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com turistas



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1 - Qual a cidade onde mora?
- 2 - Quanto tempo vai passar em Belém?
- 3- Qual o tipo de hospedagem está utilizando?
- 4 - Por que escolheu visitar Belém? E por que o bairro Cidade Velha?
- 5 - Que informações prévias teve? Onde as obteve?
- 6 - Que espaços do bairro visitou? Que espaços tem interesse em visitar
- 7 - Como avalia os espaços visitados?
- 8 – Quais atividades realizou (ou vai realizar) no bairro?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com representante do Projeto Fórum Landi



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título do trabalho: Uma análise dos processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, em Belém-PA.

Aluno: Cleber Augusto Trindade Castro

- 1 - Como funciona o projeto?
- 2 - Existe parceria outras instituições públicas? (Se sim, quais?)
- 3 - Existe parceria com a iniciativa privada?
- 4 - Como avalia a política para o setor do patrimônio cultural no bairro Cidade Velha?
- 5 - Como avalia as atividades turísticas desenvolvidas no bairro?